



Anais da Assembléia

Nº 26

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 01 DE ABRIL DE 1993.

ANO XIX

MESA DIRETORA

ORLANDO PESSUTI

Presidente - PMDB

HERMAS EURIDES BRANDÃO

1º Vice-Presidente - BPI

GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO

2º Vice-Presidente - PP

ANIBAL KHURY

1º Secretário - PTB

DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO

2º Secretário - PP

BASILIO ZANUSSO

3º Secretário - PFL

CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI

4º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo	Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR
PFL	Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO
PDT	Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB	Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB	Deputado ALCEU ANTONIO SWAROWSKI
PT	Deputado FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha)
PL	Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO
PP	Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA
BPI	Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 12: Airlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida Cesar - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - Eurides Moura - • Oswaldo Trevisan - • Luiz Henrique Bona Turra - • Nereu Alves de Moura; **Suplentes:** - Jonas Xavier Pinto - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP - 10:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Berakdin - Dirceu Silveira Manfrinato - Luiz Carlos Martins Gonçalves - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Julio Bifon - Antonio Costenaro Neto; **PFL - 06:** Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duílio Genari - Plauto Miró Guimarães - Luiz Antonio Penteado Setti - Nenson Garcia; **Suplentes PFL e PRN:** José da Silva Reis - Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppel Filho; **PDT - 06:** Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Algaci Ormário Tólio - Paulo Maia de Oliveira - Namir Piacentini - Luiz Carlos Zuk; **Suplentes:** Valderi Mendes Vilela - Guiomar Mario Pizzato - Adilson Gonçalves Netto; **PTB - 06:** Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João F Falávinha Iensen; **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada; **PSDB - 01:** Alceu Antonio Swarowski; **Suplentes:** Tadeu Lucio Machado - José Boiko; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Ernani Pudoll - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Perides de H. Mello; **PL - 03:** José Colombino Grassano - Dalton Machuca - Carlos Xavier Simões; **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha; **BLOCO PARLAMENTAR INDEPENDENTE - 07:** Valdir Luiz Rossoni - Luiz Carlos Alborghetti - Lourenço Fregoneze - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Antonio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão; **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Cafo Quintana - Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral - Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior - Secretário de Estado de Esporte e Turismo; José Tavares da Silva Neto - Secretário da Justiça e da Cidadania

(*) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

ATO DO PRESIDENTE 02/93

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo título II, capítulo III, seção III, artigo 34, combinado com o inciso XIII do artigo 20, do Regimento Interno.

DECLARA:

Constituída a Comissão Parlamentar de inquérito, composta por sete (07) membros, conforme requerimento recebido pela Mesa, de autoria dos Senhores Deputados: Plauto Guimarães, Oswaldo Trevisan, Nereu de Moura, Antonio Annibelli, Nilton Barbosa, Edson Lino, Júlio Bifon, Domingos Carvalho, Neivo Beraldin, Carlos Simões, Eurides Moura, Djalma de Almeida Cesar, Duílio Genari, Severino Félix, Luiz Antonio Setti, Basílio Zanusso, João Iensen, Luiz Carlos Zuk, Antonio Costenaro, Alceu Swarowski e Toti Colaço, na Sessão Ordinária do dia 22.03.93, com fundamento no disposto pelo § 3º do Artigo 62, da Constituição do Estado do Paraná, num prazo de noventa (90) dias, com a finalidade de apurar ocorrências da Fazenda Santana, no Município de Campo Bonito, onde confrontos entre posseiros sem terras e as autoridades policiais levaram a morte de pessoas, a Comissão é constituída por dois (02) Deputados do PMDB e, por um (01) Deputado do PP, BIP, PFL, PTB e PDT, respectivamente.

Gabinete da Presidência, em 22.03.93.

(a) ORLANDO PESSUTI
Presidente

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA
ATA DA 23ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 01 DE ABRIL DE 1993**

(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Geraldo Cartário, secretariada pelos Senhores Deputados Lourenço Fregonese e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Geraldo Cartário, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Algaci Túlio, Antônio Annibelli, Carlos Simões, Costenaro Neto, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emilia Belinati, Ernani Pudell, Erondy Silvério, Eurides Moura, Heinz Herwig, João Preis, José Alves, Júlio Bifon, Lourenço Fregonese, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Henrique Bona Turra, Mário Bezerra, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nereu Alves de Moura, Nilton Barbosa, Oswaldo Trevisan, Ovídio Constantino, Paulo Maia e Renato Adur (40). Achando-se ausen-

Curitiba, quinta, em 01.04.93

tes os seguintes senhores Deputados: César Silvestri, Ademar Traiano, Alceu Swarowski, Arlindo Troian, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Dalton Machuca, João Iensen, José Arthur Ritti, Nelson Justus, Plauto Miró Guimarães, Severino Félix, Toti Colaço e Rossoni (14).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O .

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cartário) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede a leitura da Ata da Sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cartário) - Está em votação a ata que acaba de ser lida.- Aprovada.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Senhor Presidente, solicito que a Ata seja corrigida porque consta que o Deputado Ernani Pudell é Líder do PT e esta escrita não é correta, o Líder da Bancada é o Deputado Rosinha.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cartário) - Pois não Deputado, será corrigido.
Está Aprovada a Ata.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E :

Mensagem:

MENSAGEM Nº 007/93

Curitiba, 30 de março de 1993.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa augusta Casa, o incluso anteprojeto de lei que visa estabelecer um limite-teto de remuneração para todos os ocupantes de cargos, empregos ou funções públicas no âmbito dos Poderes Executivo e Judiciário, assim como para os servidores e agentes políticos do Poder Legislativo, aperfeiçoando a sistemática instituída pela Lei 9.105/89 e suas alterações.

A legislação em vigor até o momento cumpria o desiderato constitucional apenas parcialmente, uma vez que os limites estabelecidos pela norma não atingiam a todos os integrantes dos Três Poderes.

Com tal providência estará o Estado do Paraná dando estrito cumprimento a dois dispositivos da Constituição Federal, tais sejam os incisos XI e XII do art.37, repe-

tidos nos incisos XI e XII do art. 27 da Carta Estadual, com a seguinte redação:

"Art. 27 - A administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes do Estado e dos Municípios, obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e, também, ao seguinte:

XI - A lei fixará o limite máximo e a relação de valores entre a maior e menor remuneração dos servidores públicos, observados, como limites máximos, no âmbito dos respectivos poderes, os valores percebidos como remuneração, em espécie, a qualquer título, por Deputados Estaduais, Secretários de Estado e Desembargadores, e, nos municípios, os valores percebidos como remuneração, em espécie, pelo Prefeito.

XII - Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo."

Resalte-se que tais comandos encontram-se entre os princípios que devem nortear a administração pública direta, indireta, autárquica e fundacional, de qualquer dos poderes do Estado (art. 37 "caput", C.F. e 27 "caput", C.E.) cabendo ao Chefe do Poder Executivo Estadual, como Chefe de Governo e Chefe de Estado, a iniciativa do processo legislativo para completar a eficácia do Texto Constitucional, não podendo ser confundida com a prerrogativa outorgada à Assembléia Legislativa (art. 54, VII) e ao Tribunal de Justiça (art. 101, I, c) para fixar e propor os respectivos vencimentos.

A conjugação dos dispositivos constitucionais acima transcritos aliada à interpretação sistemática do texto das Cartas Federal e Estadual reclamam a adoção de um limite de remuneração máxima a vigorar no Estado Membro da Federação, inexistindo qualquer outro óbice para tanto, a não ser a escolha de um valor que não ultrapasse, em nenhuma hipótese, os percentuais fixados pelos arts. 54, VII, 96, VII, 118, I, f, 125, § 2º, V da Constituição do Estado do Paraná.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - A remuneração mensal do servidor da administração pública direta, autárquica e fundacional, de qualquer dos Poderes do Estado, terá como limite máximo, âmbito de cada Poder, os valores per-

cebidos como remuneração em espécie, por Deputados Estaduais, Secretários de Estado e Desembargadores.

Parágrafo Único - Os valores percebidos pelos Deputados Estaduais, Secretários de Estado e Desembargadores serão sempre equivalentes, englobando inclusive adicional por tempo de serviço.

Art. 2º - A relação de valores entre a maior e a menor remuneração paga pelo Estado do Paraná, em qualquer dos Poderes, não poderá exceder 20 vezes. A maior remuneração terá como limite máximo o estipulado no art. 1º desta lei e como limite mínimo o nível inicial do Quadro Geral do Estado para 40 horas semanais.

Parágrafo Único - A relação estabelecida no "caput" deste artigo será proporcional à carga horária.

Art. 3º - Os Poderes Legislativo e Judiciário adequarão, no prazo de 60 dias, as suas tabelas ao disposto nesta lei, tendo como referência máxima os valores pagos pelo Poder Executivo, nos termos do preceituado no inciso XII, do art. 27, da Constituição Estadual.

Parágrafo Único - As parcelas que depois dos 60 dias referidos no "caput" deste artigo continuarem excedendo os valores pagos pelo Poder Executivo, serão mantidas como diferença individual, em valor fixo e irreeajustável.

Art. 4º - Fica vedada e revogada qualquer vinculação ou equiparação de vencimentos para efeito de remuneração de pessoal do serviço público dos três Poderes, da administração direta e indireta, ficando assegurado aos servidores isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou semelhantes do mesmo Poder ou entre servidores do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário, tendo sempre como parâmetro os valores pagos pelo Poder Executivo, consoante os arts. 37, inciso XII e XIII da Constituição Federal e 27, inciso XII e XIII da Constituição Estadual.

§ 1º - Ficam vedados quaisquer aumentos salariais automáticos ou vantagens sem expressa previsão legal.

§ 2º - As tabelas de vencimentos serão fixadas em valores nominais, ficando vedadas as escalas em percentuais.

§ 3º - As carreiras referidas no art. 135 da Constituição Federal terão isonomia de vencimentos, sem vinculações, não podendo ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.

Art. 5º - A parcela de remuneração que, na data da publicação desta Lei, exceder o limite fixado no art. 1º, será mantida como diferença individual, em valor fixo e irreeajustável.

Art. 6º - Os limites fixados nesta Lei serão obedecidos pelas empresas públicas e

de economia mista que o Estado tenha mais de 50% do capital com direito a voto.

Art. 7º - Aplicam-se estes dispositivos aos servidores inativos e pensionistas.

Art. 8º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Diretoria Legislativa.

Ofícios:

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Ref.: Pet. 170-Pr

Senhor Presidente.

Reitero a V.Exa. os termos do Ofício nº 131/92-SCE, datado de 15 de junho de 1992.

Para melhor compreensão, encaminho, em anexo, cópia do expediente acima citado.

Valho-me do ensejo para renovar a V.Exa. protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Sala das Sessões, em 01.04.93.

(a) MINISTRO ANTÔNIO TORREÃO BRAZ

Presidente do Superior Tribunal de Justiça

Ref.: Pet. 170-Pr (91/147273)

Curitiba, 15 de junho de 1992.

Senhor Presidente.

Em face da representação intentada pelo Sr. José Carlos de Castro Martinez contra o Governador Roberto Requião de Mello e Silva, solicito a V.Exa. que, na consonância do art. 89, "caput", da Constituição do Estado do Paraná, submeta a essa colenda Assembléia Legislativa a acusação de que se trata, conforme despacho do Exmo. Sr. Ministro Costa Lima, Relator.

Encaminho, anexas, cópias do inteiro teor do referido despacho e da representação.

Valho-me do ensejo para apresentar a V.Exa. protestos de distinta consideração.

(a) MINISTRO ANTÔNIO TORREÃO BRAZ

Presidente do Superior Tribunal de Justiça

Of. nº CE/001/93

Senhor Presidente.

Tenho a honra de comunicar a V.Exa. que na data de hoje foi instalada a Comissão de Fiscalização, para a qual por especial deferência de meus ilustres pares, fui eleito Presidente, cabendo a Vice-Presidência ao nobre Deputado Djalma de Almeida Cesar.

Na oportunidade apresento a V.Exa. os protestos de consideração e apreço.

Sala das Sessões, em 01.04.93.

(a) MÁRIO BEZERRA

Of. nº 001/93

Senhor Presidente.

Curitiba, quinta, em 01.04.93

Através do presente, comunicamos a V.Exa. que no dia 23 de março do corrente ano, foi instalada a Comissão de Educação, Cultura e Esportes, ocasião em que foi realizada a eleição para Presidente e vice-Presidente desta. Foram eleitos o Deputado que o presente subscreve e a Excelentíssima Senhora Deputada Emilia Belinati, respectivamente para os cargos supracitados.

Na oportunidade reitero a V.Exa. os meus protestos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 01.04.93.

(a) ALCEU SWAROWSKI

Of. nº 1714/93

Senhor Presidente.

Venho através do presente, justificar a minha ausência na Sessão Ordinária do dia 1º de abril por compromissos inadiáveis em minha região.

Sem mais, renovo meus protestos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 01.04.93.

(a) ROSSONI

INDICAÇÕES:

I n d i c a ç ã o

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 11, inc. IV, do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente requer a indicação dos Deputados Luiz Henrique Bona Turra e Domingos Carvalho como titulares e Severino Félix e Eurides Moura como suplentes para comporem a Comissão Parlamentar Especial que acompanhará e apresentará alternativas técnicas e econômicas no que diz respeito ao acordo assinado pelos governos da Bolívia e Brasil para a construção do gasoduto de importação de gás natural.

Sala das Sessões, em 01.04.93.

(a) RENATO ADUR

Líder do PMDB

I n d i c a ç ã o

Senhor Presidente.

O Deputado subscritor do presente, na condição de Líder da Bancada do Partido Progressista, vem indicar o nome do Deputado Edson Silva Lino, para compor a CPI que apurará os episódios recentemente ocorridos no Município de Campo Bonito, envolvendo trabalhadores sem terra e a Polícia Militar.

Sala das Sessões, em 01.04.93.

(a) NILTON BARBOSA

Líder do PP.

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 668

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER regime de urgência para o Projeto de Lei n° 008/93 (Mensagem n° 001/93), de autoria do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 01.04.93.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 669

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente requer regime de urgência para o Projeto de Lei n° 030/93 (Mensagem n° 003/93), de autoria do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 01.04.93.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 666

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4° do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 01.04.93.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO N° 680

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a retirada por três sessões, à apreciação do VETO ao Projeto de Lei n° 013/92, aposto pelo Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 01.04.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 665

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no § 4° do art. 180 do Regimento Interno REQUER, após ouvido o Plenário, a inversão da pauta da ordem do dia da presente sessão.

Sala das Sessões, em 01.04.93.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO N° 667

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votação em bloco para as Proposições n°s. 002, 003, 007, 008/93 e 010/93 constantes da Ordem do Dia da presente sessão.

Sala das Sessões, em 01.04.93.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO N° 658

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Voto de Pesar, pelo falecimento da Senhora Joanita do Pilar Abud, ocorrido no último dia 28 na cidade de Paranaguá.

Sala das Sessões, em 01.04.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

A política das cidades do interior tem suas peculiaridades em termos gerais, e a cidade de Paranaguá nesse campo de ação denota de certos fatos que marcam para o tempo e constam de sua história, diante dos caminhos sociais que fazem os fatos.

Durante anos, a família Abud está integrada à comunidade parnanguara, através de seus vários integrantes, e pelos ramos diversos cada um deles fez a sua vida particular.

O ex-Prefeito Brasília Abud, constituiu sua família e dentro de seu projeto de vida sua esposa e companheira Joanita do Pilar Abud, teve papel importante na retaguarda das antigas campanhas políticas, quando por força de atos revolucionários hoje considerado antidemocrático sofreu diversas perseguições, em função das posições que assumia pela defesa de seu povo e de sua gente, nesta ocasião a cidade sentiu a presença de sua esposa Joanita do Pilar Abud, simples como toda dona de casa é, meiga pelo coração aberto que teve, mas dona de uma grande força espiritual que atendia a todos com fidalguia, aconselhando os companheiros de seu marido a continuarem a defesa das classes oprimidas, sem contudo se colocarem em confronto com as autoridades da época, mostrando assim um trabalho caseiro que ficou marcado entre aqueles que militaram politicamente ao lado do falecido Brasília Abud.

De família humilde, mas com postura familiar elogiosa, no último dia 28, Joanita do Pilar Abud, deixou esse mundo terreno trazendo tristeza e dor a Clezi, Antonio Carlos Filuca, Brasilinho, filhos de Joanita, uma mulher do lar que conquistou o respeito e admiração pela sua luta cotidiana, principalmente nos momentos mais difíceis do casal, e por isso solicitamos

que sejam endereçados expedientes a família, manifestando os nossos profundos sentimentos à família enlutada.

REQUERIMENTO N° 677

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER envio de Voto de Congratulações ao Ilustríssimo Senhor Onivaldo Izidoro Pereira, por sua eleição para o cargo de Diretor da Faculdade Estadual de Educação, Ciência e Letras de Paranaíba, realizada no último dia 15, concorrendo pela chapa "Despertar".

Na referida eleição votaram 1417 (hum mil, quatrocentos e dezesseis) eleitores, entre acadêmicos, professores e funcionários da instituição.

A Chapa Despertar, composta pelo Senhor Onivaldo como candidato a Diretor, e o Senhor José Coelho Galvão como candidato a vice-Diretor, obteve 58,99% dos votos, representados por 780 votos dos acadêmicos, 36 de professores e 20 de funcionários.

O resultado da eleição só vem demonstrar a grande aceitação, no meio acadêmico, do nome do ilustre Professor Onivaldo Izidoro Pereira para administrar e atender aos anseios daquela sociedade, no sentido de realizar um trabalho austero e eficaz em favor desta instituição de ensino.

Sala das Sessões, em 01.04.93.

(a) BASILIO ZANUSSO

REQUERIMENTO N° 664

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Votos de Aplausos, aos Deputados Federais Basílio Vilani e Onaireves Rolim de Moura, pelas suas conduções e atenções durante a votação realizada no último dia 31 em Brasília, no Projeto de Autorização para o Plebiscito, criando o Estado do Iguaçu.

Sala das Sessões, 01.04.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

O último dia 31 de março foi decisivo para o Estado do Paraná em termos políticos e econômicos, onde todas as classes representativas estiveram com suas atenções voltadas para Brasília, onde foi votado o Projeto de Lei que autorizava a realização de plebiscito para a criação do Estado do Iguaçu.

Esse famigerado projeto de lei, que tanta preocupação trouxe ao nosso Estado, felizmente foi rejeitado, e queremos nessa oportunidade destacar o trabalho coerente e de muita afinidade que tiveram os Deputados Federais Basílio Vilani e Onaireves

Curitiba, quinta, em 01.04.93

Rolim de Moura, pelas suas conduções e habilidades durante a votação, quando de maneira democrática e defendendo o nosso ideal paranista, conseguiram sensibilizar inúmeros Parlamentares a votar contra o plebiscito, garantindo assim a permanência territorial do nosso Estado - sem divisionismos.

Por esse esforço conjugado, queremos registrar o nosso aplauso aos dois representantes da Bancada do Paraná na Câmara dos Deputados, parabenizando-os pelos seus trabalhos, através de expedientes que devem ser enviados a ambos para a Câmara dos Deputados - Brasília- DF.

REQUERIMENTO N° 663

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o encaminhamento de ofício ao Excelentíssimo Senhor José Moacir Favetti, Secretário de Segurança Pública, solicitando providências para a implantação de Módulo Policial, no Núcleo Habitacional Santa Luzia, em Ponta Grossa, visando assegurar maior tranquilidade e segurança aos moradores do conjunto, que sentem-se ameaçados com crescente onda de violência que ocorre nos dias atuais.

Sala das Sessões, em 01.04.93.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO N° 662

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, requer envio de expediente oficial ao Ministro de Estado da Previdência Social Antonio Brito, solicitando dispensa do pagamento da parte patronal do INSS e anistia dos débitos Previdenciários da parte patronal a todas as entidades assistenciais reconhecidas por autoridades locais e por fiscal do INSS.

Sala das Sessões, em 01.04.93.

(a) EURIDES MOURA

JUSTIFICATIVA:

Louvamos a ação moralizadora e ativa do Ministério da Previdência, tentando recompor seus recursos para fazer frente aos compromissos com serviços e com o gigantesco quadro de beneficiados. Percebemos o esforço para tentar tornar os inadimplentes em devedores reconhecidos e com débitos aceitos e parcelados a longo prazo, principalmente com a Lei n° 8.620 de 05.01.93.

Apesar desse esforço, lamentavelmente a Lei 8.620, dá quase que o mesmo tratamento tanto para as firmas mercantis que visam lucro, como para entidades assistenciais, apresentando como diferença apenas

a concessão de pequeno prazo para recolhimento do INSS da parte do empregado.

A existência das entidades assistenciais é importante que se afirme, constitui a demonstração da incapacidade do estado em estender a toda a sociedade os benefícios sociais estabelecidos na constituição. Elas nasceram da importância ou indiferença de governantes e da sensibilidade de cidadãos que perceberam a necessidade dos semelhantes e que voluntariamente tentaram sanar as necessidades sociais de sua comunidade.

Por isso devemos - cidadãos e Estado - preservá-las até o dia em que pela evolução social, o Estado possa absorver todos esses segmentos assistenciais, ou indivíduos evoluídos, não mais delas necessitem.

Enquanto não ocorrem essas transformações, resta-nos cair na dura realidade: as entidades assistenciais em grandes dificuldades, e ainda sendo pressionadas pelo INSS para reconhecer e pagar débitos astronômicos, sob a ameaça de não receber recursos da LBA ou outros órgãos públicos.

Essas instituições estão realizando o papel que compete ao Estado e sendo ameaçadas por este. Quantos dirigentes de entidades insones, já não pensaram em encerrar as atividades de suas casas assistenciais?

Por isso, Senhor Presidente, para salvar essas instituições, todas as que vêm prestando serviços à Nação, com registro no CNSS ou não, com utilidade pública ou não, vimos clamar a Vossa Excelência no sentido de conceder, pelos instrumentos que forem necessários:

- Dispensa do Pagamento da Parte Patronal do INSS e Anistia dos Débitos Previdenciários da Parte Patronal a todas as Entidades Assistenciais, reconhecidas como tais por autoridades do município (Juiz, Promotor, Prefeito) e por fiscal do INSS, incluindo nesse anistia os débitos já parcelados.

Continuamos orando a Deus pelo Senhor e pelo seu Governo, que nos traz grandes esperanças e que elas se materializem em medidas efetivas em prol dos municípios carentes de nossa sociedade.

REQUERIMENTO N° 678

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja considerada a possibilidade de viabilização da construção asfáltica, entre os municípios de Querência do Norte e Porto Felício - Pr-218, perfazendo um total de 30 Km.

Sala das Sessões, em 01.04.93.

(a) NEIVO BERALDIN

JUSTIFICATIVA:

Nosso pedido prende-se ao fato de que o referido município é merecedor de desenvolvimento, e esta pavimentação asfáltica, fará a ligação entre o Estado do Paraná com o Mato Grosso do Sul a contento, pois o escoamento da produção agrícola, é muito elevado.

Em dados levantados recentemente, soube que neste trecho, transitam em média 250 veículos por dia.

É por isso, caros nobres Pares, que solicito o seu apoio.

REQUERIMENTO N° 682

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Governo do Estado, a solicitação de liberação de recursos financeiros, para a Prefeitura Municipal de Guaraqueçaba, a fim de que possam adquirir 01 barco, com capacidade de 100 pessoas, que residem nas ilhas.

Sala das Sessões, em 01.04.93.

(a) NEIVO BERALDIN

JUSTIFICATIVA:

Nosso pedido prende-se ao fato, de que as comunidades de ilhéus, sem meios de locomoção, haja vista, que o barco que àquela Prefeitura possui, encontra-se em condição precárias, sem condições de uso uma vez que colocaria em risco a vida dos mesmos. É baseado nestes fatos, caros nobres Pares, em solicito de Vossas Excelências, ou seu apoio, ao acima pleiteado.

REQUERIMENTO N° 675

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. José Moacir Favetti, digníssimo Secretário de Estado da Segurança Pública, no sentido de que sejam tomadas as providências urgentes necessárias para regularizar e normalizar o funcionamento do Instituto Médico Legal - IML, de Umuarama.

Sala das Sessões, em 01.04.93.

(aa) NELSON GARCIA - NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

As condições em que estava funcionando o Instituto Médico Legal de Umuarama eram precárias. Hoje ele está fechado.

Contava com dois funcionários estaduais, o médico legista, Dr. Roberto Linarth e a auxiliar de necropsia, Ivone da Silva Soares, sendo que o médico encontrase em licença há mais de dois anos e meio e requereu sua aposentadoria.

Neste interim foi substituído mediante pagamento por recibo, o Dr. Eraldo Batista de Azevedo que desempenhou com eficácia

os trabalhos, garantindo a qualidade dos serviços para a região.

Ocorre que desde janeiro, por determinação do Egrégio Tribunal de Contas esse tipo de contrato deixou de existir e desde então Umuarama e os demais municípios da microrregião 11, estão sem esse importante serviço.

A desativação do IML de Umuarama, implica em sérios transtornos para a 7.^a Subdivisão Policial tendo que remover os cadáveres para Maringá, não dispondo nem de veículo para tal.

Estou certo de que Vossa Excelência de imediato tomará as providências necessárias.

REQUERIMENTO N° 657

Senhor Presidente.

O Deputado que a presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais REQUER, a douta Mesa, que se digne enviar correspondência ao Exmo. Sr. Ministro Orlando Teixeira da Costa - DD. Presidente do Egrégio Tribunal Superior do Trabalho - TST - Brasília DF, solicitando seus bons préstimos em encaminhar ao Congresso Nacional anteprojeto de lei relativo ao acerto da jurisdição de algumas Juntas de Conciliação e Julgamento da 9.^a Região, por proposição do Exmo. Sr. Dr. Euclides Alcides da Rocha - MD. Juiz Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 9.^a Região, através do Ofício GP n° 298/93, em 19 de março de 1993.

Sala das Sessões, em 01.04.93.

(a) OSWALDO TREVISAN

JUSTIFICATIVA:

A presente propositura tem a finalidade de solicitar a correção de sérias distorções ocorridas no advento da Lei n° 8432/92.

Que seja restaurada a jurisdição da Junta de Conciliação e Julgamento de Cornélio Procopio, conforme artigo 3° ao anteprojeto.

É uma reivindicação das classes trabalhadoras, sociais, advogados trabalhistas e da sociedade procopense.

REQUERIMENTO N° 673

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja inserida na ata dos trabalhos de hoje, o teor da matéria "Exaltação dos Políticos", publicada na 1.^a página do Jornal "Gazeta do Povo", desta data. Requer ainda, que seja oficiada à Direção daquele órgão, na pessoa de seu Diretor Presidente Dr. Francisco Cunha Pereira, os agradecimentos dos bons políticos.

Sala das Sessões, em 01.04.93.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 676

Senhor Presidente.

Ao parabenizarmos o povo e as lideranças do Paraná pela vitória obtida no Congresso - com a rejeição do projeto separatista que visava nos mutilar a quarta parte do território - é oportuno registrarmos que todos os paranaenses estão de parabéns.

De parabéns estão nossos Deputados Federais, que immanados em Brasília, lutaram ao lado da delegação enviada por esta Assembleia e pelo Legislativo Estadual de Santa Catarina, em favor da causa da integração, contra o aventureirismo de uns poucos.

A propósito, o jornal "Gazeta do Povo", dirigido pelo eminente jornalista e empresário Dr. Francisco Cunha Pereira Filho, publicou um editorial de primeira página, na edição de hoje, sob o título "Exaltação dos Políticos", que bem expressa o comprometimento da classe política paranaense na sustentação do Paraná.

É oportuno, quando pedimos por meio deste pronunciamento, que tal texto seja inserido nos anais desta sessão, juntarmos os nossos agradecimentos aos já formulados ontem nesta Casa, ao eminente jornalista Francisco Cunha Pereira Filho, cuja atuação na sua cadeia de órgãos de comunicação social foi de fundamental importância para a causa paranista.

Da mesma forma, queremos destacar a cobertura organizada em favor do Paraná pelos eminentes empresários e comunicadores que formaram conosco: Dr. Paulo Pimentel, ex-Governador dos paranaenses e titular dos jornais "O Estado do Paraná" e "Tribuna do Paraná", além de uma destacada rede de emissoras de televisão; pelo jornalista Cícero Cattani, diretor do "Correio de Notícias"; jornalista Odone Fortes, diretor do "Indústria e Comércio" e jornalista João Milanez, diretor da "Folha de Londrina"; além, em Curitiba, dos jornalistas Dr. Abdo Aref Kudri, diretor do "Diário Popular" e presidente da Associação dos Diretores de Jornais Diários e Revistas do Paraná e Dr. Roberto Barrozo Filho, diretor do "Jornal do Estado" e herdeiro de uma vigorosa tradição de profissionais da imprensa.

Queremos citar, ainda, o jornal "Curitiba Hoje", dirigido por Luiz Fernando Feddegar e os eminentes dirigentes da imprensa diária e periódica do interior, que se ombrearam com a causa paranaense, os quais simbolizamos na pessoa do eminente jornalista Ilídio Coelho, presidente da Associação dos Jornais do Interior do Paraná e do "Umuarama Ilustrado".

Senhores Deputados, o Paraná está em festas, mas cumpre agora olharmos com carinho e compreensão os nossos irmãos das

regiões que aspiravam o separatismo. Será um ato de sabedoria, digno de homens públicos de maturidade e bom senso.

Tenho certeza que, sob a liderança esclarecida do governador Roberto Requião, desta Assembléia e das lideranças da sociedade do Paraná haveremos de nos tornar um verdadeiro Estado de União pelo Brasil.

Sala das Sessões, em 01.04.93.

(a) ERONDY SILVÉRIO

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 002/93

À Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1° - Fica denominada Sala Professora Nilce Poli Milani, as dependências onde funciona a Associação Paranaense das Senhoras dos Deputados Estaduais (APASDE), deste Poder Legislativo.

Art. 2° - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.04.93.

(a) JOÃO PREIS

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição tem por escopo deixar marcado o reconhecimento deste Poder Legislativo, da Associação Paranaense das Senhoras dos Deputados Estaduais e da sociedade paranaense ao trabalho que a Professora Nilce Poli Milani prestou a APASDE e em consequência ao povo de nosso estado.

Os meus nobres pares, que por certo, tiveram o prazer de trabalhar com a homenagem, certamente apoiarão a proposição que estamos apresentando.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 108/93

À Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a "Associação Filantrópica Puxavante de Lidianópolis", com sede no município de Lidianópolis, Estado do Paraná.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.04.93.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

A "Associação Filantrópica Puxavante de Lidianópolis", é entidade sem fins lucrativos, composta de jovens residentes na cidade sede, e não possui qualquer vínculo com clubes, entidades políticas ou religiosas; não fazendo, por conseguinte, qualquer distinção de credo, cor, condição e raça.

O objetivo da Associação se extrai do próprio nome, oriundo do grego "philanthropikós", que quer dizer humanitarismo, ou amor à humanidade, vislumbrando o auxílio financeiro, médico e psicológico aos menos favorecidos, e àqueles que, temporariamente, se encontram na míngua; bem como a promoção de eventos angariadores de fundos, com os quais realizar-se-ão as obras retro mencionadas.

Isto posto, requer-se aos nobres companheiros o apoio desta proposição de elevadíssimo valor social.

PROJETO DE LEI N° 109/93

À Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a "Associação Poliesportivo - Ex Conde D'inho", com sede e foro na Cidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.04.93.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CESAR

JUSTIFICATIVA:

A "Associação Poliesportiva - Ex Conde D'inho", localizada à Rua Visconde de Bom Retiro, n° 1.100, Vila Marina, Bairro de Uvaranas, na cidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná, é uma sociedade civil, filantrópica, de caráter assistencial, com personalidade jurídica, sem fins lucrativos e com projetos sociais voltados para a criança e a adolescência.

Participam do projeto, hoje, 442 crianças e adolescentes, sendo que o objetivo maior é assistir 1.000 menores.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cartário) - No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Esta Casa e o Paraná todo e o nosso vizinho Estado de Santa Catarina foram testemunhas através da imprensa falada, escrita e televisada desta Nação, daquilo que realmente, nas pessoas de nossos companheiros de Santa Catarina e desta Casa na pessoa do ilustre Deputado Geraldo Cartário, que representava a Mesa Executiva desta Casa Maior de Leis, o nosso amigo Orlando Pessuti designando-o para que ele fosse o representante do Paraná em termos da nossa presença em Brasília, mais os companheiros Oswaldo Trevisan, Luiz Carlos Martins e ainda a presença de Algaci Túlio, fazia com que o Paraná presente ali, testemunhasse nas pessoas desses Parlamentares, o que queria a Nação brasileira,

através de alguns dos seus representados na Câmara Federal, fazer com os Estados de Santa Catarina e do Paraná.

Pela graça de Deus e a participação da comunidade paranaense e catarinense e principalmente pela junção de esforços de todos os partidos sérios desta Nação e dos políticos que ocupam a Câmara Federal, fizemos com que aquilo que era pretendido de interesse contra o Paraná e Santa Catarina fosse realmente levado por água abaixo.

Chegamos em Brasília e encontramos aquilo que não esperávamos, que era simplesmente uma brincadeira em termos de separação. Um cartel posicionado já com dois outros novos Estados, inseridos na Ordem do Dia para serem votados e trocados os votos dos Parlamentares que tinham interesse na criação daqueles Estados.

Foram os organismos da sociedade paranaense e catarinense, foram os homens ligados à imprensa séria deste Paraná, fez com que a junção e principalmente a responsabilidade dos Deputados paranistas, catarinenses e brasileiros, que isto não ocorresse.

Enquanto andávamos, mostrando a inviabilidade desta separação, enquanto apresentávamos as matérias atinentes às posições sócio-econômicas, mostrando que o Paraná ocupa 10% do território nacional e que Santa Catarina tem somente 1% e esse desmembramento dos dois iria criar um terceiro Estado que iria enfraquecer Santa Catarina e o Paraná e o Iguazu, e o interesse realmente não era um interesse nacional a contrapartida daqueles que aliciavam, daqueles que compareceram com um cartel já formado, em dezenas de ônibus, com milhares de pessoas, com agenciamentos outros faziam valer realmente o interesse que não era do Paraná. E nós vimos que naquela Casa Maior de Leis dessa Nação, ainda tem políticos sérios e honestos e nós, com a graça de Deus, Sr. Presidente, Srs. Deputados, vimos de que nesse Brasil nem tudo está perdido.

Sabemos que entre nós, a classe política que muitas vezes é criticada e criticada justamente pelos maus políticos, temos a satisfação no dia de hoje, de pedir a inserção nas atas dos trabalhos, de todos os nossos colegas, Deputados Federais que nos ajudaram, do nosso Estado, de Santa Catarina, do Brasil, pedir também que conste dos Anais da Casa, nos clubes de serviço, imprensa, enfim, todos que ajudaram através daquilo que realmente tinham ao seu alcance, para que isso não fosse alcançado, mas mais ainda, Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu queria que todos os Srs. tomassem conhecimento do artigo publicado na Gazeta do Povo: "Exaltação dos Políticos".

Sr. Presidente, eu requeriria uma parte do horário da Liderança do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cartário) - Será concedido.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - É uma das primeiras vezes que nós vemos em solo paranaístico, um artigo desta natureza, somada a outros que já o fizeram, onde demonstraram que existem políticos e políticos, onde existem advogados e advogados e onde nós podemos acreditar ainda na seriedade dos bons políticos que se assentam no Congresso Nacional, nas galerias tomadas, e nos corredores poloneses, fixados em ambas as partes de acesso ao Plenário, é no agenciamento de voto, é um cartel pré-estabelecido e nós vimos que realmente a independência do voto que é um mandato outorgado por aqueles que acreditam na representação federal de cada Estado, fazendo valer realmente os interesses maiores da comunidade paranaense e catarinense e neste artigo "Exaltação dos Políticos", nós encontramos realmente a política séria, honesta, desempenhada por esta Casa de Leis e queríamos cumprimentar toda a imprensa do Paraná que, unanimemente com o Estado de Santa Catarina fez valer o interesse das duas famílias que era a não criação do Estado do Iguazu.

Srs. Deputados, o que nós testemunhamos e para infelicidade nossa, e ali está o Deputado Algaci Túlio que foi um dos baluartes naquela pressão contra o nosso Partido, contra o PDT, que fechou questão pela criação do Estado e falamos com o filho de Leonel Brizola, mostrando a ele que no Paraná tinha uma liderança do PDT que deveria ser respeitada, que era de Jaime Lerner. Se Siliprandi era mais líder do que é Jaime Lerner, que ficasse a Banca do PDT Federal com o Deputado que vai ser expulso do PDT, para o bem da família do PDT do Paraná e do Brasil. Mostrava Algaci Túlio e nós todos, que o PDT estava equivocado, que aquela questão não poderia ser fechada, deveria ser aberta para que cada um votasse com a sua consciência.

Depois de gestões, depois de participações de outros segmentos do PDT e do Brasil e inclusive do próprio Paraná, tivemos realmente a felicidade de contar com a abertura da questão fechada e vimos que neste Paraná e neste Brasil, ninguém é dono de nada. Dono é o povo do Paraná e o povo do Brasil, porque chegamos com o ilustre Deputado Oswaldo Trevisan até a Presidência da República, na pessoa do Secretário particular de Itamar Franco e até a véspera da eleição, o partido representado por supra-partidários, representado por organização partidária que defende no Congresso Nacional o Líder do Governo, Roberto Freire e no dia da votação, depois daquela visita do Oswaldo Trevisan ao Dou-

tor Saulo, o Governo se posicionou através da palavra do líder daquela Casa, dizendo que o Governo, até aquela ocasião, estava realmente sem uma posição, mas a definição, a partir daquela hora, era uma posição, mas a definição, a partir daquela hora, era uma posição pelo "não" ao plebiscito, pelo "não" à criação do Estado do Iguazu e vimos que realmente o interesse maior e o pensamento do Presidente Itamar era pela não criação do Estado do Iguazu.

Luiz Carlos Martins, Geraldo Cartário, mais ainda a presença que nos foi muito grata do Deputado Federal Onaireves Moura, Líder do PST, que nos emprestou não só o seu gabinete e a sua liderança, nos emprestou e deu exemplo a este Paraná, que somamos aos esforços de Basílio Vilani, de Paulo Munhoz da Rocha, de Deni Schwartz, de todos os Deputados que votaram favoravelmente, não com distinção partidária, e até de Pedro Tonelli que nos abriu a porta do PT, e lá chegando ao Partido dos Trabalhadores, tivemos a grata satisfação e o testemunho pelo Paraná.

O PT foi um dos primeiros partidos que, com questão fechada, depois de todos os seus Deputados serem ouvidos, depois de analisada a criação do Estado do Iguazu, unanimemente o PT votou contra a criação do Estado, realmente dando uma amostra de suprapartidarismo de que quando o interesse de uma família, seja de qualquer quadrante do Brasil, tem que ser colocado acima do interesse de um partido. E somando o PT, somando o PSDB, somando o PDS, somando, enfim, o que é realmente a demonstração de democracia autêntica, onde o interesse não de um distintivo que use seja de qual for o Partido, mas de um coração aberto, de um Brasil melhor, nós vimos que realmente podemos mudar o rumo desta Nação, podemos consolidar como está consolidado o território do Paraná e Santa Catarina.

Neste instante, Senhor Presidente e Senhores Deputados, queremos enaltecer ainda a presença, mesmo sem mandato, dos ex-Deputados federais que ali estiveram. A participação do Anibal Khury, um dos primeiros incentivadores para que isso não ocorresse. O testemunho e a presença em trabalho de todos os Senhores Deputados desta Casa.

E quando nós vimos, lá no Congresso Nacional, que realmente este Brasil é viável, pelos políticos honestos que detêm mandatos, não poderíamos, de maneira alguma, deixar de registrar nesta Casa a vitória da democracia, da decência, da honestidade e de homens sérios que se fazem presentes naquela Casa maior de leis do Brasil.

O SR. PAULO MAIA - Permite-me um aparte,

Deputado.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Com muito bom gosto, Deputado.

O SR. PAULO MAIA - Nobre Deputado Zuk, creio que o Paraná ganhou com a surpresa de Vossas Excelências. E obviamente se o nosso Partido a nível nacional não foi pela unanimidade como estamos vendo em apoio à proposta divisionista do Deputado Eli Siliprandi, com certeza não é a postura da nossa Bancada nesta Casa, que desde o início deste entrave se posicionou favorável à integridade do Paraná, e neste momento em que Vossa Excelência se pronuncia, nós queremos nos somar, em nome de nossa Bancada, àqueles que pretendem a integridade do Paraná. E com certeza o Paraná ganhou muito com isto. E se não houve uma unanimidade a nível nacional, com certeza a nossa Bancada do PDT do Paraná se soma com a sua força a este anseio que foi o anseio do povo do Paraná.

Ganhou o Paraná! Ganhamos nós! E, com certeza, estivemos muito bem representados pela presença de Vossa Excelência, do companheiro Deputado Algaci Túlio, do Deputado Cartário, do Deputado Luiz Carlos Martins, do Deputado Oswaldo Trevisan.

O trabalho legislativo se faz desta forma! E quando está em risco os interesses do nosso Estado, nós nos esquecemos da cor partidária e vamos defender os interesses do nosso Paraná!

Parabéns ao trabalho dos Senhores!

Parabéns ao Paraná que ganha com esta postura.

E com certeza a unanimidade do PDT deste Estado, a unanimidade desta Bancada, que também representou muito, porque de fato, quando Vossa Excelência cita a Liderança do Prefeito Jaime Lerner, nós temos conhecimento da sua mobilização para tentar reverter este quadro do voto fechado da Bancada a nível Federal. Tanto é que não foi este o procedimento da Bancada votar fechado no Congresso Nacional. E os Senhores conseguiram, a nível de Partido, reverter este quadro, obviamente com a intercessão, mesmo de última hora, da Liderança do PDT do Paraná, Jaime Lerner. Parabéns!

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Muito obrigado.
(Lê):

Exaltação dos Políticos

O homem público, aquele que se expõe numa eleição e depois se dedica com honradez e desvelo à causa pública no cumprimento de um mandato outorgado democraticamente, precisa ser reconhecido e seu trabalho merece ser exaltado.

Lamentavelmente no País alguns maus

políticos permitiram, por suas ações irresponsáveis e até mesmo imorais, que se criasse uma idéia errônea e generalizada da figura do político brasileiro.

O momento, entretanto, é de se fazer um indispensável reparo. Um critério rigoroso de justiça impõe que se exalte o bom político e que se proclame que felizmente em nossa terra existem políticos exemplares.

A votação ontem pela Câmara dos Deputados em Brasília do projeto que pretendia dividir o Paraná foi um exemplo da dedicação, do desvelo e da competência de nossos Deputados Federais.

O trabalho dos políticos paranaenses que acorreram a Brasília e mesmo dos que aqui ficaram dando apoio e incentivo aos nossos Deputados foi dos mais importantes.

A solidariedade e amparo de associações de classe e associações civis do nosso estado evidenciaram o amadurecimento político de nossa gente.

O Paraná, que passou momentos talvez os mais graves dos últimos 100 anos, pode confiar que sua gente e seus políticos sabem se mobilizar com inteligência, dedicação e eficiência na defesa da integridade territorial ou de nossos valores maiores.

Nesse momento político histórico é indispensável que façamos a exaltação dos nossos políticos, reconhecendo e proclamando que a classe política, com raríssimas exceções, soube sentir o grave peso de suas responsabilidades.

Nesse momento histórico, repetimos, é preciso que seja resgatada publicamente a imagem do político brasileiro e que se faça a exaltação do político paranaense.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Ao parabenizarmos o povo e as lideranças do Paraná pela vitória obtida no Congresso - com a rejeição do projeto separatista que visava nos mutilar a quarta parte do território - é oportuno registrarmos que todos os paranaenses estão de parabéns.

De parabéns estão nossos Deputados Federais, que irmanados em Brasília, lutaram ao lado da delegação enviada por esta Assembléia e pelo Legislativo Estadual de Santa Catarina, em favor da causa da integração, contra o aventureirismo de uns poucos.

A propósito, o jornal "Gazeta do Povo", dirigido pelo eminente jornalista e empresário Doutor Francisco Cunha Pereira Filho, publicou um editorial de primeira página, na edição de hoje, sob o título "Exaltação dos Políticos", que bem expressa o comprometimento da classe política paranaense na sustentação do Paraná.

É oportuno, quando pedimos por meio deste pronunciamento, que tal texto seja inserido nos anais desta sessão, juntarmos

os nossos agradecimentos aos já formulados ontem nesta Casa, ao eminente jornalista Francisco Cunha Pereira Filho, cuja atuação na sua cadeia de órgãos de comunicação social foi de fundamental para a causa paranaense.

Da mesma forma, queremos destacar a cobertura organizada em favor do Paraná pelos eminentes empresários e comunicadores que formaram conosco: Doutor Paulo Pimentel, ex-governador dos paranaenses e titular dos jornais O Estado do Paraná e Tribuna do Paraná, além de uma destacada rede de emissoras de televisão; pelo jornalista Cícero Cattani, diretor do Correio de Notícias; jornalista Odone Fortes, diretor do Indústria & Comércio e jornalista João Milanez, diretor da Folha de Londrina; além, em Curitiba, dos jornalistas Doutor Abdo Aref Kudri, diretor do Diário Popular e presidente da Associação dos Diretores de Jornais Diários e Revistas do Paraná e Doutor Roberto Barrozo Filho, diretor do Jornal do Estado e herdeiro de uma vigorosa tradição de profissionais da imprensa.

Queremos citar, ainda, o Jornal Curitiba Hoje, dirigido por Luiz Fernando Feddegar e os eminentes dirigentes da imprensa diária e periódica do interior, que se ombrearam com a causa paranaense; os quais simbolizamos na pessoa do eminente jornalista Ilídio Coelho, presidente da Associação dos Jornais do Interior do Paraná e do Umuarama Ilustrado.

Senhores Deputados: o Paraná está em festas, mas cumpre agora olharmos com carinho e compreensão os nossos irmãos das regiões que aspiravam o separatismo. Será um ato de sabedoria, digno de homens públicos de maturidade e bom senso.

Tenho certeza que, sob a liderança esclarecida do Governador Roberto Requião, desta Assembléia e das lideranças da sociedade do Paraná haveremos de tornar um verdadeiro Estado de União pelo Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cartário) - Esta Presidência também gostaria de parabenizar o Deputado Luiz Carlos Zuk pelo fiel relato que aqui fez dos acontecimentos em Brasília.

No Pequeno Expediente, concedemos a palavra ao Deputado Eurides Moura.

O SR. EURIDES MOURA - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados; nos últimos dias o ilustre Prefeito de Rolândia, Leonardo Casado (sic) enviou a todos os Senhores Deputados uma correspondência que versa sobre o INSS, das entidades assistenciais. Documento este elaborado por um membro de uma creche da Cidade de Rolândia, versando sobre as reais dificuldades das entidades assistenciais, não apenas de

Rolândia, mas do Paraná e do Brasil, atravessam no que se refere ao INSS patronal. Não apenas o atual, mas os débitos que existem destas entidades.

É, pois, neste sentido, que estamos encaminhando à apreciação da Mesa e dos Senhores Deputados, o seguinte Requerimento: (Lê)

"REQUERIMENTO

SÚMULA: Requer dispensa do pagamento da parte Patronal do INSS e anistia dos débitos Previdenciários da parte Patronal a todas as Entidades Assistenciais.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto plenário, requer envio de expediente oficial ao Ministro de Estado da Previdência Social, Antônio Brito, solicitando dispensa do pagamento da parte Patronal do INSS e anistia dos débitos Previdenciários da parte Patronal a todas as entidades assistenciais reconhecidas por autoridades locais e por fiscal do INSS.

Sala das Sessões, em 01.04.93.

(a) EURIDES MOURA

JUSTIFICATIVA:

Louvamos a ação moralizadora e ativa do Ministério da Previdência, tentando recompor seus recursos para fazer frente aos compromissos com serviços e com o gigantesco quadro de beneficiados. Percebemos o esforço para tentar tornar os inadimplentes em devedores reconhecidos e com débitos aceitos e parcelados a longo prazo, principalmente com a Lei n° 8.620 de 05.01.93.

Apesar desse esforço, lamentavelmente a Lei 8.620 dá quase que o mesmo tratamento tanto para as firmas mercantis que visam lucro, como para entidades assistenciais, apresentando como diferença apenas a concessão de pequeno prazo para recolhimento do INSS da parte do empregado.

A existência das entidades assistenciais é importante que se afirme, constitui a demonstração da incapacidade do Estado em estender a toda a sociedade os benefícios sociais estabelecidos na constituição. Elas nasceram da importância ou indiferença de governantes e da sensibilidade de cidadãos, que perceberam a necessidade do semelhante e que voluntariamente tentaram sanar as necessidades sociais de sua comunidade. Por isso devemos - cidadãos e Estado - preservá-las até o dia em que pela evolução social, o Estado possa absorver todos esses segmentos assistenciais, ou indivíduos evoluídos, não mais delas necessitem.

Enquanto não ocorrem essas transformações, resta-nos cair na dura realidade: as entidades assistenciais em grandes difi-

culdades, e ainda sendo pressionadas pelo INSS para reconhecer e pagar débitos astronômicos, sob a ameaça de não receber recursos da LBA ou outros órgãos públicos. Essas instituições estão realizando o papel que compete ao Estado e sendo ameaçadas por este. Quantos dirigentes de entidades, já não pensaram em encerrar as atividades de suas casas assistenciais?

Por isso, Senhor Presidente, para salvar essas instituições, todas as que vêm prestando serviços à Nação, com registro no CNSS ou não, com utilidade pública ou não, com atestado de filantropia ou não, vimos clamar a Vossa Excelência no sentido de conceder, pelos instrumentos que forem necessários:

- Dispensa do pagamento da parte Patronal do INSS e anistia dos débitos Previdenciários da parte Patronal a todas as entidades assistenciais, reconhecidas como tais por autoridades do município (Juiz, Promotor, Prefeito) e por fiscal do INSS, incluindo nessa anistia os débitos já parcelados.

Continuamos orando a Deus pelo Senhor Ministro e o seu Governo, que nos traz grandes esperanças e que elas se materializem em medidas efetivas em prol dos municípios carentes de nossa sociedade.

(a) EURIDES MOURA

Deputado Estadual"

O Sr. Antônio Costenaro - Vossa Excelência me concede um aparte?

(Assentimento).

Deputado Moura eu acho bastante oportuna essa informação que o Senhor nos dá, através da tribuna, da Assembléia. Eu quero dizer que tive uma batalha de muitos anos para poder resolver o problema de uma entidade da microrregião do Vale do Ivaí, chamado Hospital Regional do Vale do Ivaí. Nos anos de 1975 foi suspenso, havia uma Lei que protegia as entidades filantrópicas assistenciais para que se pudesse ter uma certa tranquilidade desse peso que pesa sobre os ombros de qualquer empresário, de qualquer entidade ainda mais, hoje, o INSS.

Naquela época, se não me falha a memória, o Presidente Geisel, dizia que havia muitas entidades que não mereciam crédito e que exigia o registro do MEC. Nós tínhamos o registro do MEC, também, que era o que exigia na época. Nós nunca tivemos sucesso até os anos de hoje.

Agora nós estamos tramitando um processo para conseguir através dessa entidade, lá, de Jandaia do Sul, dando como exemplo, uma entidade que hoje atende diariamente 400 doentes mentais, em média, por dia, internados. Para uma população dessas nós temos 130 funcionários e ao findar o mês, a Previdência nos paga o

atendimento 90 dias depois de receber o paciente, e, quando nós vamos pagar, vamos receber o dinheiro, a metade do dinheiro volta para a mão do INSS porque 35%, que é o total do pagamento seja a parte patronal e a parte para o empregado. Então, com esse peso e mais 90 dias de inflação imagina que sobra uma migalha nas nossas mãos. E aí a gente vê as dificuldades que percorre qualquer entidade que tenta promover o bem nas nossas comunidades.

Realmente, é preciso atenção do Governo para que possamos continuar encontrando pessoas de bem, senhoras, donas de casa, cidadãos que lutam pelo bem-estar da sociedade, que dispõem do seu tempo, de seu lazer às vezes para administrar uma entidade, e, com esse serviço, tem que todo final do mês repassar uma grande parte de seu trabalho que é gratuito, para o próprio Governo do nosso País.

Portanto, essa Lei que veio agora e que nós estamos tentando conseguir para a nossa entidade. Nós sabemos que milhares e milhares de entidades de nosso País precisam da mesma coisa.

E poderia então ter uma vida mais tranqüila. E nós não sabemos ainda, na verdade, se seremos atendidos ou não. Mas abriu uma janela para que possamos, agora, conquistar esse direito.

Obrigado.

O SR. EURIDES MOURA - Muito obrigado pelo seu aparte e pelo seu testemunho que foi realmente muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cartário) - No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Deputado Dr. Rosinha.

O DR. ROSINHA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

De maneira autoritária em relação à Assembléia Legislativa e de uma maneira rancorosa, uma vez que esta Assembléia - no ano passado por um Projeto de Resolução, declarou inconstitucional o decreto do Senhor Governador que acabava com a data base dos servidores, essa Assembléia reagiu, como deveria reagir aprovando um projeto de resolução que tal decreto era inconstitucional.

Autoritariamente não aceitando esse decreto legislativo 03 de 17 de agosto de 1992 o Senhor Governador mandou estampar na imprensa do nosso Estado no dia 21 de agosto de 1992 um decreto no qual dizia que todos os Senhores Deputados estariam de aniversário hoje no dia 1º de abril.

Pois é, Senhor Presidente, hoje de acordo com o decreto nº 1562 do Senhor Governador estamos em aniversário coletivo na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. Seria interessante que Vossa Exce-

lência solicitasse que cantassem o parabéns a você, uma vez que hoje é data do nosso aniversário de acordo com o Senhor Governador.

Mas, ao contrário de fazer esse tipo de postura autoritária e brincadeiras de mau gosto o Senhor Governador devia se preocupar com as condições econômicas e salariais dos servidores públicos do Estado do Paraná.

O Senhor Governador tem contribuído e muito para o sucateamento do serviço público em nosso Estado. Porque servidor mal pago, mal remunerado deixa a desejar no seu serviço público.

Por isso que hoje os servidores estarão na rua fazendo um protesto contra a política salarial do Senhor Governador; política salarial que tem muito a ver com o decreto legislativo nº 03 de 1992 votado no ano passado e aprovado por este Parlamento. Em tal decreto nós revogávamos e declarava inconstitucional um decreto anterior do Senhor Governador que acabava com a data base.

Pois bem Senhores Deputados, o que cabe ao Governo é respeitar lei anterior que fixa a data base negociar com os servidores públicos e repor as perdas salariais que já vêm acumulando anos e anos desde as administrações anteriores, principalmente a administração do Senhor Álvaro Dias. Essas perdas salariais, dependendo da categoria profissional e do plano e cargos e salários em que está encaixado o servidor, chega a ultrapassar nos últimos anos a 500%. Hoje os servidores vão para a rua para divulgar a pauta de reivindicações na qual inclui as perdas salariais que estão acumuladas.

E desejam de volta a lei nº 9447 que foi fixada a data base em 1º de junho, seja respeitada. E que neste 1º de junho tenhamos negociações.

Nós queremos aqui deixar claro que a bancada do Partido dos Trabalhadores apoiamos integralmente a luta dos servidores e desejamos que o Governador passe a agir de acordo com o cargo que ele ocupa com responsabilidade acabando com as brincadeiras como fez no ano passado, respeitando a lei, respeitando a legislação e convidando os servidores para negociar nesse 1º de junho. Se ele for um Governador competente e honesto e sério fará isto. Se não fizer é porque não se encaixa dentro desses critérios.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No Horário das Lideranças Deputado Erondy Silvério. Havendo declinado, Deputada Emília Belinati.

A SRA. EMÍLIA BELINATI - Senhor Presiden-

te, Senhores Deputados.

A situação do Paraná não comporta a ironia social, afinal, segundo recente pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada em Brasília, o Estado do Paraná ocupa o vergonhoso sétimo lugar em número de indigentes - ficando atrás apenas da Bahia, Minas Gerais, Ceará, Pernambuco, Maranhão e São Paulo.

Temos quase 1 milhão e 900 mil paranaenses paupérrimos, dos quais 39,21% na zona rural. Tem paranaense comendo raízes, outros tomando um copo de água com açúcar, outros agüentando com um pão por dia - conforme denunciou a "Folha de Londrina" em sua edição do último domingo, dia 28.

Segundo relatou a "Folha de São Paulo", um mês antes, são 4.000 as crianças bóias-frias só nos municípios de Quêrência do Norte, Porto Rico, Santa Cruz do Monte Castelo e Santa Izabel do Ivaí. São meninos e meninas que a partir dos 4 anos de idade estão na colheita do algodão, para ajudar no rendimento familiar. Seus pais também são bóias-frias. Miseráveis e sem qualquer garantia.

Neste quadro que se insere a situação dos funcionários públicos. Muitos deles sem condições de pagar o ônibus para ir trabalhar.

Em Londrina, por exemplo, em março 55 leitos do Hospital Universitário foram desativados. O motivo: mesmo tendo feito seleção para novas contratações, o Hospital não conseguiu preencher as vagas porque os salários são muito baixos. Por conta de um acordo com o Governo do Estado alguns destes leitos foram reativados. Mas muitos dos funcionários que lá estão pretendem sair, assim que conseguir emprego melhor.

O caso das Universidades não é diferente. Ano a ano elas vêm perdendo o que tem de mais valioso: seu patrimônio humano. As instituições de ensino superior do Estado só conhecem a política do sucateamento.

E que dizer do IAPAR?

Ali, os níveis salariais dos servidores continuam os piores em toda história da instituição.

Cresce a angústia e a insatisfação.

Segundo os Sindicatos dos Trabalhadores do IAPAR, a defasagem salarial oscila em 200%, perdas estas que ocorreram principalmente em 1991. A reposição de 110%, em três parcelas, feita pelo Governo está longe de reduzir o achatamento salarial.

Em correspondência enviada aos Deputados desta Casa, os Servidores do IAPAR relatam que, "como agravante deste quadro, o piso salarial emergencial estipulado para os menores salários, repondo assim parcela das perdas, provocou o nivelamento entre os funcionários com tempo, função, experiência e dedicação diferenciados, gerando

uma enorme insatisfação.

Segundo eles, "a política salarial do Governador Requião em reduzir a distância entre os menores salários, deveria se dar com reajustes permanentes suficientes para cobrir todas as perdas salariais e não pisos transitórios.

Por fim, os Servidores pedem a nós Deputados Estaduais, atenção e apoio na votação dos projetos de reajuste salarial, "para que os servidores paranaenses venham a receber a devida remuneração e assim prestar serviços de qualidade à população paranaense."

Devemos abrir um parêntese para lembrar que, em outubro do ano passado esta Casa votou um Projeto de reajuste contendo um artigo permitindo ao Governador conceder gratificações de acordo com as dos servidores do Tribunal de Justiça.

Mas o Governador decidiu ir além do poder que lhe foi conferido e vem concedendo os reajustes ao funcionalismo com o nome de gratificações. Isto vai acontecer até o final de abril, quando as Mensagens do Executivo sobre reajustes ao funcionalismo devem voltar a ser apreciadas.

Se o Governador se excede é porque a Assembléia assim o permitiu. Acredito que o Poder Legislativo abriu mão de uma importante prerrogativa, por isto mesmo, desde que a matéria passou pela C.C.J., fomos contrária a ela. Mesmo as gratificações devem passar por aqui, cumprindo-se o estabelecido na Constituição.

Antes, o Governador já havia retirado a data base das categorias profissionais que trabalham no Estado.

Os servidores perdem conquistas e podem acabar punidos se se manifestarem. O Diário Oficial do dia 25 de março traz uma lista de 28 servidores dispensados da Orquestra Sinfônica do Paraná. Dispensa que acontece após protestos públicos dos integrantes da Orquestra, pelos baixos salários recebidos.

Achamos que ao invés de se preocupar em fazer decretos de 1º de abril, o tempo do Governador do Estado deve ser melhor empregado.

A população toda, e os funcionários públicos especialmente, esperam outro tipo de conduta de Sua Excelência, o mandato precisa ser cumprido com seriedade, em atendimento aos legítimos interesses dos paranaenses.

Temos recebido diversas correspondências de sindicatos e de profissionais trabalhadores do Estado do Paraná reclamando seus baixos salários. Os funcionários do IAPAR, pesquisadores que trabalham há mais de 20 anos percebem um salário correspondente a metade do que percebem funcionários da UNICAMP e da Universidade Federal do Paraná. Esperamos então que o Senhor

Governador se sensibilize com os baixos salários e com a evasão dos profissionais, principalmente da área da pesquisa e da educação do Estado do Paraná; e no dia de hoje possa refletir e realmente fazer com que os salários dos funcionários públicos do Estado do Paraná sejam salários dignos e decentes.

Obrigado.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI (Pela Ordem)

Vossa Excelência sabe que eu estou com problemas na família, e o Hospital acabou de me chamar agora. Então, eu gostaria de pedir a Vossa Excelência para me retirar, eu tenho problemas graves na família, e cedo o horário do Bloco Independente ao Deputado Luiz Carlos Zuk que vai ocupar a tribuna.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Devidamente anotado e nossa solidariedade a Vossa Excelência e aos familiares.

Ainda no Pequeno Expediente Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Não é só na derrota que se procura corrigir alguns erros, mas é também, e principalmente na vitória, que se faz necessário procurar enxergar, apesar da euforia, as falhas cometidas.

Digo isso inicialmente Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhora Deputada, para relatar alguns fatos que aconteceram em Brasília nesses últimos dias, e principalmente após o meu retorno da última quinta-feira quando lá estive e pude sentir o cheiro de uma possível derrota para o Estado do Paraná com a separação do nosso Estado. Quando voltei na quinta-feira chamei a atenção do Paraná através da imprensa de que se articulava um boicote ao Paraná, em função principalmente das brigas do Governador Roberto Requão e o Presidente Nacional do PMDB, Senhor Orestes Quêrcia. Havia intenção premeditada de se fazer com que a bancada do PMDB a nível nacional fizesse um voto de vingança votando pela separação do Estado do Paraná.

Alertamos o povo do Paraná. Na sexta-feira o ex-presidente da Assembléia, Deputado Anibal Khury, reunia os parlamentares estaduais e federais para preparar uma tática de combate a uma possível surpresa e com isto organizou-se uma comissão de parlamentares que foi a Brasília procurar fazer um trabalho de boca a boca, um trabalho "no pé do ouvido", como se diz na gíria, com os parlamentares, no sentido de mudar aquela situação.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, fazia tempo que a gente não passava por um constrangimento terrível como passamos em Brasília nestes dois últimos dias. Muita

gente falou: o pessoal está indo a Brasília, uma delegação, vão passear, vão comer do bom e do melhor, vão conhecer Brasília à noite e tudo o mais. Pois eu pago para não ir a Brasília. Só vou em última instância. Já disse desta tribuna que se tivesse no meu processo político a intenção que o partido tivesse de que saísse Deputado Federal, encerraria minha carreira política.

Foi terrível para nós, para mim, para o Deputado Luiz Carlos Zuk, para o Deputado Oswaldo Trevisan, Deputado Luiz Carlos Martins, Deputado Geraldo Cartário, enfrentar o que a gente enfrentou em Brasília. Primeiro, a falta de consideração dos Deputados Federais não generalizando, mas pelo menos alguns, parecendo com a barriga cheia dando a mínima atenção para Deputado Estadual e em especial do Estado do Paraná. Parece que tudo estava armado, o circo estava preparado. Foi difícil! Mesmo assim encontramos a sensibilidade talvez daqueles até onde a gente menos esperava encontrar a receptividade.

E o trabalho foi realmente bastante cansativo. Desde anteontem das primeiras horas, até ontem por volta de 13:00 horas aproximadamente, a expectativa, a tensão tomava conta de todos nós porque havia uma grande articulação. Já anteontem se viam pelos corredores do Congresso centenas e centenas de pessoas vindas da região que seria criado o novo Estado; chegaram em Brasília com um farto material, com dados impressionantes que nem nós aqui tínhamos no Estado do Paraná.

Ontem, se temos aqui um corredor que liga este prédio a outro prédio, muitos conhecem o Congresso, aquele túnel, aquele corredor que liga, dá cinco vezes mais do que esta distância aqui, os Senhores imaginem totalmente forradas as paredes, e pendurados os cartazes, a gente passava batia a cabeça, tinha que se abaixar para não desmanchar o penteado, de tantos cartazes que tinha, um verdadeiro corredor polonês agindo até com certa violência em cima dos Parlamentares pedindo a votação a favor da criação do Estado do Iguaçu. E nós, meia dúzia de "gatos pingados", fomos lá, com algumas folhas de papel que levei anteontem pela manhã para a gente distribuir alguma coisa. Nada além disto. E nós com toda uma estrutura de Governo no Estado, Associação Comercial, Federação das Indústrias, Clubes de Serviços, Assembléia, praticamente de mãos vazias passando este constrangimento.

Na sessão de ontem as galerias completamente tomadas. O Congresso teve a preocupação de separar as galerias para que os pró e contras pudessem ter seu espaço, como num campo de futebol no clássico Curitiba e Atlético Paranaense, onde se se-

param as torcidas para não dar briga. Lá também foram separadas as galerias. Só que do lado dos que eram favoráveis à criação do Estado, aquilo estava abarrotado de gente. Na parte dos que eram contra não tinha uma viva alma, porque nós, meia dúzia de Deputados, estávamos na parte do Plenário fazendo, ainda, o trabalho de pé de ouvido para conseguirmos fazer os Deputados a não votarem favoráveis à criação do Estado do Iguaçu. E não titubiam os dois Parlamentares que eram favoráveis à criação, que batalharam pela criação do Estado do Iguaçu, Deputado Edi Siliprandi, Deputado Jony Varisco que utilizaram bem aquela situação e disseram para os Parlamentares, quem é que não quer a criação do Estado do Iguaçu: os Senhores aqui Parlamentares cu o povo do Paraná? Olhem à direita está lotado de quem quer a criação do Estado do Iguaçu, à esquerda não tem ninguém. Quem não quer a criação do Estado do Iguaçu é a elite de Curitiba, diziam eles. Quem não quer a criação do Estado do Iguaçu são alguns Deputados que estão aqui no Congresso tomando cafezinho ali nos fundos, ou aqui no Congresso assistindo a Sessão.

Este foi o constrangimento que nós passamos no Congresso Nacional no dia de ontem. Por isso que é preciso, nesta hora, alertar pelo que vem pela frente, ainda. Porque o Deputado de uma bandeira só, Edi Siliprandi, que nós já fizemos o processo de expulsão do PDT porque o Paraná não o considera um Pedetista, apenas usou o nosso Partido para se eleger Deputado com essa bandeira, esse Deputado de uma bandeira só que agora não tem mais nenhuma, ficou apenas com o pau da bandeira na mão, mas ele é teimoso, o ano que vem é um ano político, por isso eu chamo a atenção desta Casa, do povo do Paraná, eles não vão descansar, eles vão aproveitar a situação, o ano que vem retorna esse processo ao Congresso Nacional, e aí eu chamo a atenção, precisamos já, imediatamente, hoje mesmo, começarmos articular uma campanha de alerta ao Governo do Estado, precisa, não negamos, que está atendendo aquela região, ainda, está lá a Ferroeste, está lá a Ponte Guaíra-Argentina, mas tem que se fazer mais ainda para poder evitar que esse pessoal venha com toda força mais uma vez.

Então, além disso, Senhor Presidente, eu queria dizer ainda que é preciso se acabar com essas questões pessoais porque elas têm influência no Congresso, e todos são testemunhas porque ouviram lá os Deputados do Paraná dizerem: ainda bem que o Governador não veio pedir voto aqui, porque se vem ainda mais gente iria votar contra, tanto que lá estavam ontem, o Secretário de Justiça José Tavares, o ex-Prefeito de Curitiba Deputado Federal

Maurício Fruet, lá estava Caíto Quintana e outros paranaenses que haviam ido para acompanhar o processo de expulsão do Estado no dia anterior no Supremo Tribunal Federal, mas que aproveitaram e fizeram seu trabalho, ninguém pode negar isso, mas é preciso que se cuidem porque as coisas vêm pesadas nos próximos períodos.

Eu pude detectar, ainda ontem, de que também um outro problema pessoal de ciúmeira se estabeleceu em Brasília a nível de PDT Nacional. Eu vou lamentavelmente dizer, contra a minha vontade, mas sou obrigado a confessar que fiquei irritado com meu Partido, é testemunha o Deputado Luiz Carlos Zuk, o atrito que tive dentro do Plenário do Congresso com o Líder da Bancada Nacional do PDT, Deputado Bento Mansur, de São Paulo, com o próprio filho do Governador Leonel Brizola, dentro do Plenário, quando eu chamava a atenção deles eles me diziam, porque até as seis horas da manhã de ontem a Bancada do PDT estava fechada para votar favorável a criação do Estado do Iguaçu. Ontem a noite ligamos para o ex-Prefeito Jaime Lerner, pedimos que insistisse, e aí houve uma reunião da Bancada e a Bancada ficou liberada, foi quando questionei; menos mau, ficou igualada então a liderança do PDT no Paraná entre Jaime Lerner e Edi Siliprandi, quer dizer, não dá para entender a situação do nosso Partido.

Então, neste momento quero pedir permissão ao nosso Líder desta Casa, porque é uma questão pessoal, não é uma tentativa de qualquer pretexto sair do PDT, em absoluto, não vou sair do Partido, mas da mesma forma que chamo atenção do Governo do Estado, das lideranças do Paraná que se uniram muito tarde na defesa do Paraná, chamo a atenção também do meu Partido que lamentavelmente num total de vinte e dois parlamentares que estavam na Sessão de ontem, num quórum de 280, num total de 31 Deputados, 22 a nível Nacional do PDT votaram a favor da criação do Estado do Iguaçu.

Isto é profundamente lamentável, seis "não" e três abstenções.

O que é que eu senti nisso aí, Senhores Deputados? Uma tentativa de boicotar esse crescimento extraordinário do ex-Prefeito Jaime Lerner.

Uso o horário do Bloco Parlamentar que o Deputado Alborghetti cedeu ao Zuk, e o Deputado Zuk cede à minha pessoa.

Então, o que eu senti também, além da briga do Quércio com o Requião, há também a ciúmeira do PDT Nacional com relação à liderança do Jaime Lerner, que é uma liderança suprapartidária e pelo jeito, estão sentindo que o Jaime está crescendo tanto, que ameaça a figura do cacique Leonel Bri-

zola. Então, aí que a gente sentiu também o outro problema perigoso quando um Deputado do PDT do Rio de Janeiro subiu à tribuna e foi defender a criação do Estado do Iguaçu.

Digo mais ainda, Senhor Presidente, que eu quero neste momento, aqui, a exemplo do que fez o Deputado Luiz Carlos Zuk, enaltecer o trabalho de alguns Parlamentares da bancada federal do Paraná, independente de cores partidárias.

Deputado Onaireves Moura, que nos ce deu toda a estrutura logística do seu gabinete, da liderança do seu partido e atuação também no plenário. A atuação extraordinária que tiveram dois Parlamentares, que tiveram a coragem, porque eram os mais envolvidos no processo da região, Deputado Delcino Tavares e o Deputado Luiz Carlos Haully, que foram à tribuna com veemência, enfrentando as galerias, colocar a defesa do Estado do Paraná. Esses Parlamentares merecem a consideração de todos nós que lá estivemos e pudemos constatar isso.

Trabalho do Deputado Basílio Vilani, que também foi ali, de pé de ouvido em pé de ouvido, conversando; Max Rosenmann, Deni Schwartz, também outro Parlamentar que tem prejuízos políticos com o resultado disso aí na região, também foi lá, firme, defender o Paraná. Deputado Edésio Passos, do PT, enfim, esses Deputados que votaram contrários à criação do Estado do Iguaçu.

Então, Senhor Presidente, eu quero aqui neste momento, para encerrar, nominar, para que fique nos Anais desta Casa, aqueles Parlamentares que defenderam o Paraná no dia de ontem no Congresso Nacional: Antonio Bárbara, Basílio Vilani, Carlos Roberto Massa (o Ratinho), Carlos Scarpellini, Delcino Tavares, Deni Schwartz, Edésio Passos, Flávio Arns, José Felinto, Luciano Pizzatto, Luiz Carlos Haully, Matheus Iensen, Max Rosenmann, Munhoz da Rocha, Onaireves Moura, Paulo Bernardi, Pinga Fogo de Oliveira, Reynhold Stephanes, Renato Johnson e Wilson Moreira, e repudiar aqui, que é lamentável, o coordenador da bancada do Estado do Paraná no Congresso, Deputado Werner Wanderer, que foi lá e fez um trabalho extraordinário, mas favorável à criação do Estado do Iguaçu.

Além do mais aqui, Moacir Miqueloto, Joni Varisco, Ivanio Guerra, Elio Dalla Vecchia, infelizmente do meu partido e Edi Siliprandi, também infelizmente do meu partido.

Então, é esse o registro que a gente faz aqui neste momento, enaltecendo o trabalho desta Casa, o trabalho das duas lideranças empresariais que infelizmente, se pensava que lá estariam também para nos ajudar, para dar um apoio, pelo menos até

um apoio moral para esta meia dúzia de gatos pingados que foram lá, mas que infelizmente a gente não viu também.

Enaltecer o trabalho da imprensa, toda imprensa, claro, com destaque todo especial à Gazeta do Povo e à Rede Globo, que sempre abriu espaço na defesa da não divisão do Estado do Paraná.

A imprensa do Paraná está de parabéns, porque lá também se fez presente a Folha de Londrina, outros correspondentes acompanhando este momento importante para o Estado do Paraná.

Faço este pronunciamento, inclusive é muito fácil para nós chegarmos aqui agora enaltecer, agradecer, falar bonito, falar bem, que tudo foi bem, o Paraná está feliz e satisfeito. Não, é na hora da vitória dentro do emocional, da alegria que é preciso corrigir os defeitos e já alertar para o que pode vir pela frente, numa nova tentativa desse Parlamentar de uma bandeira só e que agora ficou só com o pau dela.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No horário da Liderança do Partido Progressista, concedo a palavra ao Senhor Deputado Nilton Barbosa.

O SR. NILTON BARBOSA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A nossa inscrição no horário da Liderança é para dizer sobre o movimento separatista, encabeçado pelo Deputado de Cascavel, Siliprandi, com relação à criação do Estado do Iguaçu.

Nós vimos aqui citar os nomes dos Deputados da nossa Bancada Federal que ontem, em Brasília, deram seu voto favorável ou contrário. Nós aqui queremos tecer alguns comentários. Esse movimento teve uma participação muito grande de todos os órgãos de imprensa do Estado do Paraná: o Correio de Notícias, o Jornal do Estado, a Folha de Londrina, a Gazeta do Povo, o Estado do Paraná, Indústria e Comércio, rádios, a Manchete, a Bandeirantes, a TV Educativa, o Canal 12 - Rede Globo, todos os meios de imprensa tiveram participação muito ativa e até nos alertando do que estava acontecendo em Brasília.

No Paraná, nós tivemos um movimento feito inclusive pela Assembléia, sob a liderança do Deputado Aníbal Khury, mas tivemos também a participação do Governador Roberto Requião, que já estava preparado para ingressar na Justiça contra tal emenda. A participação do ex-Governador Álvaro Dias, com relação aos nossos companheiros Deputados Federais e nosso Partido que hoje é a quinta, quase a quarta bancada da Câmara Federal. Um movimento, sem dúvida, daqueles que querem bem o Paraná,

daquêles que têm a consciência e sensibilidade de saber que juntos já está difícil. Já está difícil administrar o Paraná, já está difícil administrar Santa Catarina.

A cada momento atribui-se mais responsabilidade aos municípios, entregando-lhes a educação, a saúde e inclusive com relação à saúde, na segunda ou terça-feira, voltarei a esta tribuna para dizer do caos que enfrentamos hoje na região que representamos com muito prazer ao lado do Deputado Nelson Garcia, Dirceu Manfrinato, Mário Bezerra que, pelo IBGE, nós perdemos populacionalmente, mas somos por demais procurados, Umuarama, Cianorte, pelos povos do Mato Grosso do Sul e até mesmo do Paraguai...

O Sr. **Geraldo Cartário** - Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. **NILTON BARBOSA** - Na sequência, Deputado. Está difícil administrar.

Lembro-me que em campanha política, percorrendo o interior de nossos municípios, naquele armazém, naquela mercearia, via que era praxe os microempresários terem nas paredes de seus mercados folhinhas, algumas com fotografias de alguns Estados, outras patrocinadas por políticos com suas fotografias e outras ainda com diversos tipos de dizeres. De uma delas, eu me lembro de dois burros que estavam amarrados um em cada ponta de uma corda, e entre os dois uma moita de colônia. Um puxava para cá e outro puxava para lá. E o colônia crescia a cada dia e os dois cada dia mais com fome. Pararam e pensaram. Os dois foram até a moita e se alimentaram.

Faço este exemplo para dizer que não é separando o Estado do Paraná e de Santa Catarina e criando um novo Estado, o Estado do Iguaçu, é que iremos resolver os nossos problemas. Os municípios são privilegiados porque tem "royalties", têm o ICMS da luz, os mais próximos ali do Iguaçu onde queriam criar o Estado. Os outros municípios, do Noroeste, do Norte, do Norte Pioneiro não têm "royalties", não têm o ICMS da luz e estão aí suportando a crise e reunidos discutem que caminho seguir, falam em fechar prefeitura, falam em declarar greve no município. Mas param, pensam e vêem que de nada adianta!

O que precisamos não é criar novos Estados. O que precisamos é sensibilizar nossos Deputados Federais e Estaduais, para que tomem uma posição definida com relação às negociações da dívida com o INSS, com o FGTS, para que nossos municípios possam ser administrados com as suas arrecadações: o ICMS, ISS, FPM, porque o IPTU nos nossos municípios pequenos, nem se comenta!

Por isto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, é que venho nesta tribuna enaltecer a posição de cada um dos Senhores. E não posso deixar de enaltecer também o trabalho dos nossos companheiros Deputados Estaduais que foram à Brasília. Os jornais estamparam os seus trabalhos, as visitas nos gabinetes de Parlamentares não só do Paraná, mas de Parlamentares de todo o Brasil que estiveram lá nos representando, os representantes desta Casa, Deputado Geraldo Cartário, Deputado Luiz Carlos Martins, integrantes do nosso partido, o Partido Progressista, Deputado Luiz Carlos Zuk, representando o Partido Democrático Trabalhista, Deputado Oswaldo Trevisan, do PMDB e Algaci Túlio, do PDT.

Nossos cumprimentos, Deputados, pela participação ativa!

Nossos cumprimentos também pela participação da imprensa, a todos os jornais, rádios e televisões do Paraná.

Nossos cumprimentos ao ex-Presidente desta Casa, Deputado Anibal Khury, hoje 1º Secretário desta Casa, ao Governador Roberto Requião e ao ex-Governador Álvaro Dias.

Se está difícil juntos, imaginem se nos dividirmos que dificuldades teremos!

Muito obrigado, Senhor Presidente e Senhores Deputados!

Antes, porém, Senhor Presidente, gostaria de conceder o aparte que me foi pedido pelo Deputado Geraldo Cartário.

O Sr. **Geraldo Cartário** - Agradeço o aparte e aproveito também para dar a nossa posição e é claro, endossando as palavras aqui proferidas pelo Deputado Zuk e pelo Deputado Algaci Túlio.

Mas a nossa presença em Brasília foi por designação do Presidente da Assembleia, Orlando Pessuti, do nosso 1º Secretário, Anibal Khury. E nós fizemos um trabalho digno ao visitarmos todas as representações de todos os Estados. Aprendemos algumas lições, entre elas, é que realmente em Brasília os partidos políticos praticamente não existem. Em todos os gabinetes que nós quais adentrávamos, nenhum Líder perguntava a que Partido nós pertencíamos.

E tem mais: também nos surpreendemos quando muitos, como o Deputado Delfin Neto, do PDS; e o Deputado José Lourenço, diziam para nós que iriam votar a favor do Paraná, da integralidade do Paraná, porque as suas esposas eram nascidas em Curitiba.

O político, hoje, entre nós, os políticos, não há uma grande identificação. Nasce um convívio e se torna uma amizade. Mas, não se está respeitando mais as cores partidárias. Não sei se isso é bom ou ruim.

Eu dou o exemplo de Ponta Grossa, do Deputado Otto Cunha, de Ponta Grossa. Ele fazia um movimento até 5 minutos antes da votação, ele abordava, conversava com Deputados de outros Estados, pedindo para votarem no Estado do Iguçu. Quando nós, em bloco, fomos conversar com o ilustre Deputado, ele nos dizia que tinha um compromisso assumido e que nós estaríamos chegando tarde, que ele havia se comprometido com o Deputado Jonny Evaristo.

Isto nos surpreendeu e entristeceu, porque a Cidade de Ponta Grossa, que ele já governou como Prefeito, faz parte desta região metropolitana. É uma das Cidades mais respeitadas do Paraná. E, eu tenho certeza de que os pontagrossenses, que aqui estão muito bem representados pelo Djalma e pelo Zuk, o povo de Ponta Grossa não aceita e jamais vai aceitar que haja uma divisão do Estado do Paraná.

Quando se aproximava a hora da votação e desesperadamente o Deputado Edi Siliprandi pedia, já completamente transtornado, porque era visível a derrota, ele se socorria, implorando e até pedindo ao filho do Governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, que conseguisse com o Presidente Inocêncio Oliveira retirasse da pauta o Projeto que dividia o Paraná.

Ele não foi atendido. Porque o Deputado Basílio Vilani, num momento de inteligência, foi ao microfone e fez um apelo ao Presidente, para que se respeitasse duas mil pessoas que foram de ônibus, do Oeste Catarinense e do Oeste do Paraná, e que aquele povo que ali estava merecia acompanhar a votação e tinha que ser votado.

Tanto é que foi invertida a pauta de votação para que não houvesse mais necessidade de se dar espaço na imprensa a uma loucura leviana chamada Edi Siliprandi.

E assim foi que aconteceu esta votação.

Então, Deputados do Paraná que representam o Oeste do Estado, como Ernani Pudell e tantos outros, merecem o nosso respeito, porque eles representam o povo. E certamente o povo do Oeste e Sudoeste do Paraná almejam, até, a criação do Estado do Iguçu, porque até agora eles somente ouviram a voz e as palavras dos separatistas.

Por isso, Senhor Presidente Orlando Pessuti, o compromisso assumido em Florianópolis, quando lá fui com uma delegação de Vossa Excelência, assumimos um compromisso de nós, Deputados do Paraná, nos fazermos presentes, juntamente com os Deputados de Santa Catarina, para ficarmos dois dias na Cidade de Chapecó, com a Assembléia de Santa Catarina se instalando na Cidade de Chapecó, e nós assumimos um compromisso que Vossa Excelência autori-

zou, para que a Assembléia do Paraná se faça presente, se instale por um ou dois dias na Cidade de Cascavel, para levarmos aos nossos irmãos paranaenses e amigos do Oeste e Sudoeste do Estado, ouvindo todos os segmentos. Deixando até, se Vossa Excelência concordar, a tribuna livre para que Lideranças destas regiões se manifestem. E que haja, assim, um diálogo, uma conversação, mostrando por que é que o Paraná não pode ser dividido, o porquê, se dividido, só traria prejuízos ao pequeno morador, ao mais pobre, porque os recursos não chegariam, jamais, à casa deles, porque somente consegue recursos quem trabalha. E são os trabalhadores do Oeste e Sudoeste que estão trabalhando, enriquecendo o Paraná.

Desta forma, os recursos que o Governo do Estado tem condições de alocar na região, vem alocando. E não existem milagres. Não será a sede do Governo em Cascavel que alocará mais recursos aos municípios compreendidos na área que se pretendia desmembrar.

Por isso é que é um compromisso, Senhor Presidente. Virmos até Cascavel e a Chapecó e também mostrarmos a posição do Governador Roberto Requião que foi um Líder incontestado na luta para que o Paraná não se dividisse, como também o nosso Líder do nosso Partido, Álvaro Dias, e com toda homenagem também ao telefonema que o Deputado Algaci Túlio deu a Jaime Lerner e este imediatamente acionou as Lideranças maiores do PDT para que abrissem e não fechassem a questão.

Infelizmente o Paraná ainda é difícil de ser ouvido, porque se o Paraná fosse ouvido, imediatamente todos os integrantes do PDT votariam contra o Estado do Iguçu, mas o Paraná ainda tem algumas barreiras, vai demorar alguns anos, mas chegaremos lá se Deus quiser.

Muito obrigado.

O SR. NILTON BARBOSA - Eu agradeço o aparte do Deputado Geraldo Cartário e para finalizar Senhor Presidente, quero agradecer ao Deputado Duílio Genari por ter nos passado praticamente em primeira mão a lista de todos os Deputados Federais do País que votaram favoráveis e os que votaram contrário. E deixar também registrado a nossa tristeza com relação a posição do Deputado Werner Wanderer por ser Coordenador do Bloco do Paraná e ter tomado uma posição independente, uma posição isolada, por ter ele compromisso com as duas Regiões, a do Sudoeste, a do Oeste, como tem compromisso com o Noroeste também, uma posição que nos causou estranheza.

Fica aqui o registro da nossa tristeza e do nosso constrangimento pela sua posição.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Quero chamar a atenção desta Casa, e dos Senhores Deputados, para um grave problema na área do atendimento médico-hospitalar no Município de Umuarama e Região, problema este que vem se acentuando a cada dia, prejudicando a população, principalmente as famílias de baixa renda, que se valen dos serviços da saúde pública e previdenciária.

A situação decorre da Portaria Ministerial n° 3.046, que vincula as internações hospitalares ao índice populacional, o que vem dificultando o acesso da população aos serviços médico-hospitalares. A população regional, de acordo com o último censo, foi a que apresentou a maior redução a nível de Estado. Isso está prejudicando quantitativamente as quotas de internações hospitalares.

Tomando como parâmetro unicamente o índice populacional, a portaria não leva em conta outros fatores, como a posição geográfica de Umuarama, que facilita a procura por pessoas de outras regiões, inclusive do Paraguai e Mato Grosso do Sul. Portanto, a estrutura médico-hospitalar não atende apenas a população do município. Mas o número de autorizações é sistematicamente reduzido.

Um documento da Secretaria de Saúde, fornecido pela Regional de Umuarama indica que em fevereiro de 1992 as autorizações recebidas somaram 3 mil a nível de região e 1408 no Município de Umuarama.

Em Fevereiro deste ano esses números caíram para 2.380 na Região e 1.138 no município, essa redução vem acontecendo há cerca de 3 anos.

Convém salientar, que Umuarama, ao contrário de outras regiões, como Londrina, Maringá, Curitiba, etc., não conta com muitos convênios alternativos, a renda "per capita" é uma das mais baixas do Estado, sendo o Sistema Único de Saúde, o SUS, praticamente a única opção de atendimento médico-hospitalar.

Como representante da região, junto com o Deputado Nelson Garcia, tenho observado e sentido esse problema junto a comunidade, principalmente das pessoas carentes. Esta preocupação é reforçada pelo requerimento dos Vereadores Wilson Roberto Simões e Ivan José Cardoso Frey, aprovado pela Câmara Municipal de Umuarama, expondo a grave situação e pedindo providências. O problema vem gerando conflitos entre os prestadores de serviço de saúde e usuários, além de provocar o sucateamento da rede hospitalar, podendo ocasionar um colapso a curto prazo, com gravíssimos reflexos sociais.

Desejo o apoio desta Casa no sentido de um enérgico movimento para revogar a referida portaria, ou sua revisão, para

que os critérios sejam atualizados, condizentes com a realidade que vivem os municípios e suas populações, já que a Portaria é de 1982.

A situação é grave e desesperadora, porque atinge as famílias no seu direito mais elementar, o direito à saúde. Acredito, Senhor Presidente e Senhores Deputados, que este grave problema não deva ser somente de Umuarama, porque outras regiões também tiveram, pelo último censo do IBGE, suas populações reduzidas, em muitos casos de forma totalmente irreal.

Além do mais, o oferecimento de serviços de saúde não pode ser medido pelo número de habitantes, mas pela efetiva necessidade das populações, que a cada dia ficam mais carentes, por culpa da situação do nosso País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Encerrado o Horário das Lideranças.
Passa-se

ORDEM DO DIA,

com a presença de 40 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Mensagem n° 007/93, de autoria do Senhor Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei que visa estabelecer um limite-teto de remuneração para todos os ocupantes de cargos, empregos ou funções públicas no âmbito dos Poderes Executivo e Judiciário, assim como para os servidores e agentes políticos do Poder Legislativo. À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

Ofício m° 070/93-SCE, subscrito pelo Senhor Presidente do Superior Tribunal de Justiça, constante do expediente, reiterando os termos do ofício n° 131/92-SCE, para maior esclarecimento encaminha anexo cópia do expediente acima citado. À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Alceu Swarowski, constante do expediente comunicando que no dia 23 de março do corrente ano, foi instalada a Comissão de Educação, Cultura e Esportes, ocasião em que foi realizada a eleição para Presidente e Vice-Presidente daquela Comissão. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Mário Bezerra, na qualidade de Presidente da Comissão de Fiscalização, constante do expediente, comunicando a instalação da referida Comissão para o qual foi eleito Presidente. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Nilton Barbosa, na qualidade de Líder

do PP, constante do expediente, indicando um Senhor Deputado para compor a CPI que apurará os episódios recentemente ocorridos no Município de Campo Bonito. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Renato Adur, na qualidade de Líder Interino do Governo, constante do expediente, indicando os Senhores Deputados que irão compor a Comissão Parlamentar Especial que acompanhará e apresentará alternativas técnicas e econômicas ao acordo assinado pelos Governos da Bolívia e Brasil, para a construção do gasoduto de importação de gás natural. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Ofício nº 1714/93 subscrito pelo Senhor Deputado Rossoni, constante do expediente, justificando sua ausência na Sessão Ordinária do dia 1º de abril do corrente, por compromissos inadiáveis em sua região. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de Resolução de autoria do Senhor Deputado João Preis, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida Cesar, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente, solicitando a inversão da pauta da Ordem do Dia da presente Sessão. **Aprovado.**

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Verificação de votação, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - O Deputado Ovídio Constantino requer verificação de votação.

O SR. RENATO ADUR - Senhor Presidente nós queremos Chamada Nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - O Deputado Renato Adur, requer a Chamada Nominal, solicito do Senhor 1º Secretário da Sessão que proceda a Chamada Nominal dos Senhores Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Lourenço Fregonese) - Proceda a Chamada Nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Responderam a chamada nominal 30 Senhores Deputados.

Há quórum para votação.

Vamos proceder à verificação de votação ao Requerimento do Deputado Luiz Carlos Alborghetti, para inversão da pauta.

Os Senhores Deputados que forem favoráveis queiram levantar-se: 27.

Os Senhores Deputados que forem contrários queiram levantar-se: 1.

27 a favor e 1 contra.

Está aprovado.

De conformidade com o requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, acima aprovado:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 084/93, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que confere o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao advogado e jornalista Emir Sfair. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. (Publ. no DA. nº 19, de 22.03.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 084/93

PARECER:

AUTOR: Deputado Geraldo Cartário.

Propôs o autor a conferência de Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor Emir Sfair.

Após análise constitucional, legal e regimental nada foi constatado que possa impedir o normal trâmite processual legislativo da proposta.

Nestas condições, somos de parecer favorável ao seu encaminhamento ao Plenário.

Sala das Comissões, em 30.03.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

DALTON MACHUCA - Relator

Aprovado.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Vai-se proceder a verificação de votação.

Senhores Deputados que são favoráveis. Vinte e sete aprovam.

Senhores Deputados que são contrários. Nenhum rejeita.

Está Aprovado.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 078/93, de autoria dos Deputados Orlando Pessuti e João Iensen, que concede título de cidadania honorária do Paraná, ao Pastor Elias Alves Moreira. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. (Publ. no DA. nº 16, de 16.03.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 078/93

PARECER:

AUTORES: Dep. Orlando Pessuti e João Iensen
Os nobres Parlamentares propõem Projeto de Lei que visa conceder título de cidadania honorária do Paraná ao Pastor Elias Alves Moreira.

Analisada a matéria em seu aspecto legal, encontramos em conformidade com a Lei n° 5.638 de 13 de outubro de 1967, que dispõe sobre as condições para a concessão de benemerência ou cidadania honorária.

Assim sendo, esta Relatora não encontra óbices para a tramitação do presente.

Parecer favorável pela aprovação.

Sala das Comissões, em 30.03.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

EMÍLIA BELINATI - Relatora

Aprovação.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO (Pela Ordem) -

Solicito que Vossa Excelência registre o voto contrário da bancada do PT aos Projetos 84 e 78, porque entendemos que por não termos conhecimento profundo das pessoas aí indicadas e, também por entendermos que há muitas razões e há muitos paranaenses que merecem título de cidadão honorário e que se fôssemos homenagear a todos que mereceriam nós não teríamos condições de fazer nesta Casa.

Por isso registramos nosso voto contrário a estes projetos.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Enquanto não podemos homenagear todos, vamos homenageando todos aqueles que forem possíveis de serem homenageados.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 071/93, de autoria da Deputada Emília Belinati, que declara de Utilidade Pública o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua - Paraná, com sede e foro na cidade de Brasília- DF, e com representação no Estado do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. Aprovado. (Publ. no DA. n° 15, de 15.03.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 071/93

PARECER:

O Projeto de Lei em exame, de autoria da nobre Senhora Deputada Emília Belinati, objetiva declarar de Utilidade Pública o Movimento Nacional de Meninos de Rua - Paraná.

Procedida a análise legal, constitucional e regimental da proposição, conotamos a sua inteira atenção aos mandamentos da Lei 6.994, de 10 de janeiro de 1978, que estabelece normas em matéria de Declaração de Utilidade Pública.

Nestas condições, esta Comissão de Constituição e Justiça dá seu parecer FA-

VORÁVEL, opinando pela Aprovação do presente Projeto de Lei.

Sala das Comissões, em 30.03.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
ROSSONI - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 070/93, de autoria do Deputado Paulo Maia, que declara de Utilidade Pública o Grupo Fraternidade Espírita Irmão Bezerra de Menezes, com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 15 de 15.03.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 070/93

PARECER:

Ao receber da Douta Comissão de Constituição e Justiça, para fins de parecer ao Projeto de Lei 070/93, de autoria do Nobre Deputado Paulo Maia, que propõe declarar de Utilidade Pública o "Grupo Fraternidade Espírita Irmão Bezerra de Menezes", com sede nesta Capital, cumpro-me relatar, que a presente propositura de Lei encontra-se em condições, do ponto de vista legal, de ser votado pelo Plenário desta Casa de Leis. É o parecer.

Sala das Comissões, em 30.03.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

TOTI COLAÇO - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 049/93, de autoria do Deputado Dirceu Manfrinato, que declara de Utilidade Pública a Creche São Francisco de Assis de São Tomé, com sede e foro no Município de São Tomé - Pr. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. Aprovado. (Publ. no DA. n° 10 de 04.03.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 049/93

PARECER:

O Projeto de Lei em epígrafe, de autoria do nobre Senhor Deputado Dirceu Manfrinato, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Creche "São Francisco de Assis de São Tomé", com sede e foro no Município de São Tomé - Pr.

Procedida a análise legal, constitucional e regimental da presente proposição, nada encontramos que possa obstar a sua normal tramitação processual legislativa, estando o Projeto em perfeitas condições de merecer a apreciação do douto Plenário desta Casa de Leis.

Assim sendo, esta Comissão de Constituição e Justiça dá seu parecer FAVORÁVEL, opinando pela aprovação deste Plano de Lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30.03.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 016/93, de autoria do Deputado Arlindo Troian, de declara de Utilidade Pública a união de Profissionais para Atendimento do Excepcional, com sede nesta capital. Com PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 04 de 16.02.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 016/93

PARECER:

Propôs o autor seja declarada de Utilidade Pública a União de Profissionais para Atendimento ao Excepcional - U.P.A.E, com sede em Curitiba, Paraná.

Após análise Constitucional, Legal e Regimental nada foi constatado que possa impedir o normal trâmite processual legislativo da proposta, preenchendo os requisitos previstos da Lei n° 6994/78.

Nestas condições, somos de parecer favorável ao seu encaminhamento ao Plenário.

Sala das Comissões, em 30.03.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

DALTON MACHUCA - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 366/92, de autoria do Deputado Oswaldo Trevisan, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Amigos do Hospital de Clínicas. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 168 de 24.11.92)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 366/92

PARECER:

O presente Projeto de Lei, de autoria do nobre Senhor Deputado Oswaldo Trevisan, tem por objetivo Declarar de Utilidade Pública a Associação dos Amigos do Hospital de Clínicas.

Procedida a análise legal, constitucional e regimental da proposição em exame, nada encontramos que possa obstar a sua normal tramitação processual legislativa.

Nestas condições, esta Comissão de Constituição e Justiça dá seu PARECER FAVORÁVEL, opinando pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei em tela.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30.03.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

ROSSONI - Relator

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 055/93, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que concede Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Sr. Carlos Pereira Paschoal. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.

SR. OVÍDIO CONSTANTINO (Pela Ordem) - Sr. Presidente, da mesma forma solicitamos o registro do nosso voto contrário da bancada do PT pelos mesmos motivos expostos já nos projetos anteriores.

SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Devidamente registrado voto contrário da bancada do PT.

Encerrados os projetos de lei, passaremos a apreciação dos vetos.

Esta Mesa informa mais uma vez ao Plenário que ainda estando na fase de entendimento com as lideranças e diante da manifestação do Deputado Lourenço Fregonese colocará para apreciação o pedido de se adiar a discussão e votação da proposição 107/92 constante do n° 1 da Pauta.

Nós já temos dois Vetos que foram adiados, e tão logo for o entendimento da Liderança com os demais Partidos nós os colocaremos de uma só vez.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 107/92, Veto Aposto ao Projeto de Lei n° 013/92, de autoria do Deputado Lourenço Fregonese, que dispõe sobre o atendimento prioritário a idosos, portadores de deficiências e gestantes. Com RELATÓRIO DA C.C.J.. CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/DTL/SAT N° 331/92

Curitiba, 07.12.92.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n° 309/92, dessa Presidência e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1°, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, votei o Projeto de Lei n° 013/92, por julgá-lo contrário ao interesse público em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo que os órgãos da "Administração Estadual Direta, Indireta, Fundacional e Autárquica ficam obrigados a instituir no âmbito de suas repartições, setor especial que priorize o atendimento a idosos, portadores de deficiências e gestantes".

A negativa de sanção ao Projeto de Lei em causa decorre da forma como vem posta a medida, chegando ao ponto de até apresentar característica de inconstitucionalidade, pois, quando determina modificação na estrutura básica dos órgãos do Poder Executivo, afronta o art. 66, inciso IV, da Constituição Estadual, onde é conferida ao Governador do Estado a competência para o início do processo legislativo de leis que

disponham sobre tal estrutura orgânica.

Por outro lado, convém adiante transcrever pronunciamento da Secretaria de Estado da Administração que analisando a medida posicionou-se pelo seu não acolhimento.

"Através do Projeto de Lei n° 13/92, de iniciativa da Assembléia Legislativa do Estado, propõe-se que os órgãos da Administração Estadual Direta, Indireta, Fundacional e Autárquica fiquem obrigados a instituir, no âmbito de suas repartições, setor especial que priorize o atendimento de idosos, portadores de deficiências e gestantes.

Propõe ainda o projeto a regulamentação de tal dispositivo por Decreto do Poder Executivo, até 90 (noventa) dias após a publicação, em órgão oficial, da aprovação do presente Projeto de Lei.

A justificativa apresentada ao Projeto de Lei fundamenta-se nos artigos 203 e 227, inciso II, da Constituição Federal, e no artigo 2° da Lei n° 7.853, que preconiza a obrigação "... do Estado assegurar às pessoas portadoras de deficiências o pleno exercício de seus direitos básicos...".

Por todo o exposto, e considerando que os órgãos públicos estaduais, já vêm concedendo atendimento especial a esses cidadãos, seja através do setor próprio para o atendimento de aposentados e pensionistas ou pelo atendimento preferencial junto às agências do BANESTADO SA, entendemos que o Projeto de Lei em referência não merece acolhida, por desnecessário e porque implicaria na multiplicação de estruturas tratando das mesmas questões, pois propõe a criação de setores especiais".

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(Projeto de Lei n° 13/92 foi publicado no D.A. n° 03 de 18.02.92.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO N° 107/92

P A R E C E R:

A Proposição em tela, traz um veto aposto ao Projeto de Lei n° 013/92, que foi comunicado a esta Casa pelo Sr. Governador do Estado através do Ofício n° 331/92, daí decorrente o prazo constitucional para a devida apreciação por esta Casa.

A negativa governamental foi proferida dentro do prazo legal e de acordo com as atribuições conferidas ao Sr. Governador.

A razão exposta para o mencionado Ve-

to, menciona o fato de que os órgãos públicos estaduais já vem concedendo atendimento especial aos referidos cidadãos, através do atendimento aos aposentados e pensionistas ou pelo atendimento preferencial junto as Agências do Banestado SA.

Dentro da justificativa foi citado também o fato de tal medida necessitar de criação de setores especiais dentro da Administração Pública, o que determinaria modificação na estrutura básica dos órgãos do Poder Executivo, modificações estas que são de competência do Governador do Estado.

Diante do exposto, a matéria se encontra em condições de ser submetida à consideração do Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23.03.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

LUIZ ANTONIO SETTI - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Lourenço Fregonese, constante do expediente, solicitando a retirada por três (03) Sessões, à apreciação do Veto ao Projeto de Lei n° 013/92, aposto pelo Senhor Governador do Estado. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão da Proposição n° 107/92, veto aposto ao Projeto de Lei n° 013/92, por três (03) Sessões.

Vamos apreciar em Discussão Única as Proposições 02, 03, 07, 08 e 010. Para que isso possa ser possível coloco em Votação o Requerimento do Deputado Alborghetti, pedindo que sejam apreciadas em Bloco. **Aprovado o Requerimento.**

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 002/93, Veto Aposto ao Projeto de Lei n° 317/92, de autoria do Deputado Élio Rusch, que autoriza a proceder a instalação de uma Delegacia da Mulher no Município de Marechal Cândido Rondon. Com RELATÓRIO da C.C.J.. CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/DTL/SAT n° 402/92

Curitiba, 23 de dezembro de 1992.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n° 344/92, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V.Exa. que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1°, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei n° 317/92, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

O projeto de lei em referência, embora se reconheça a louvável preocupação de seu Autor, não pôde merecer acolhimento tendo em vista o adiante transcrito, pronunciamento da Secretaria de Estado da Segurança Pública que, analisando a matéria, asseverou:

"Há que se ressaltar, de início, que tem sido obedecida na Polícia Civil, diretoria norteadora do planejamento e fixação da Delegacia da Mulher, em nosso Estado. Em razão dos estudos procedidos a respeito da viabilidade técnica dessa Especializada, obteve-se o consenso para a sua implementação nos municípios sedes de comarcas de entrância final, acompanhando-se as alterações eventuais da Lei de Organização Judiciária, que norteia a classificação das unidades policiais civis.

Portanto, em face da catalogação da Delegacia de Mal. Cândido Rondon, como se deflui do contido no art. 95, inciso III, do Anexo ao Decreto n° 4.884 de 24 de abril de 1978, com as alterações posteriores, afigura-se, o referido Projeto, inconveniente e contrário ao programa de trabalho prioritário da Polícia Civil, no que tange a sua política de modificação quantitativa de Delegacias Especializadas no Paraná."

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V.Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA

Governador do Estado, em exercício
(Proj. de Lei n° 317/92 foi publicado no D.A. n° 151 de 28.10.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO VETO N° 02/93

P A R E C E R:

A Proposição em tela traz veto ao Projeto de Lei n° 317/92, que foi comunicado a essa Casa pelo Sr. Governador do Estado, através do Ofício DTL/SAT/ n° 402/92, para devida apreciação desta Assembléia Legislativa.

A negativa governamental foi proferida dentro do prazo legal estabelecido pela Constituição Estadual.

Fundamentou o veto com base no art. 87, inciso VII e no § 1°, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, por julgá-lo contrário ao interesse público.

Diante do exposto, a matéria se encontra em condições de ser submetida à consideração do Plenário.

Sala das Comissões, em 23.03.93.

(a) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

TOTI COLAÇO - Relator

Curitiba, quinta, em 01.04.93

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 003/93, Veto Aposto ao Projeto de Lei n° 063/92, de autoria do Deputado João Arruda, que autoriza o pagamento diferenciado de água, esgoto e energia elétrica por parte dos aposentados e pensionistas. Com RELATÓRIO DA C.C.J.. CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/DTL/SAT N° 414/92.

Curitiba, 28.12.92.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n° 335/92, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V.Exa. que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e de conformidade com o disposto no § 1°, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei n° 63/92, por julgá-lo contrário ao interesse público, pelas razões adiante expostas.

Objetiva o autógrafo a concessão aos aposentados e pensionistas, de qualquer regime, a possibilidade de quitarem suas faturas de água e esgoto e de energia elétrica na data do recebimento dos seus proventos mensais, sem acréscimo, juros, multas ou outro qualquer fator de correção, desde que até trinta dias do vencimento.

A negativa de sanção do Plano de Lei em referência decorre de informações prestadas pela COPEL e pela SANEPAR, esclarecendo que a medida em causa desatende condições operacionais mínimas dos referidos órgãos.

Com relação às faturas referentes à energia elétrica, já existe na COPEL projeto aprovado pela Diretoria daquela Empresa, muito mais abrangente e que visa dar mais flexibilidade às datas de vencimento das contas de energia elétrica, não só dos aposentados e pensionistas, como também de outros consumidores residenciais, cujo consumo mensal não ultrapasse certo limite, o que permite incluir outros usuários de baixa renda, facultando-lhes a escolha de data para pagamento de suas contas, postergando o vencimento para até três dias após a data fixada para recebimento de seus proventos, desde que não ultrapasse vinte dias da data de vencimento original. Para tanto, o interessado deve apresentar à COPEL comprovante da data de recebimento de seus proventos ou salário, ou declaração do empregador.

No que tange à diferenciação nas cobranças de contas de água e esgoto, bem como a isenção de juros, acréscimos e multas, em caso de atrasos no pagamento, a SANEPAR, em parte, já vem resolvendo casos específicos para aposentados e pensionistas que solicitam tais benefícios, não podendo, entretanto, generalizar tal medida, pois, como qualquer outra empresa, tem

gastos operacionais de vulto, que estão embutidos num orçamento rígido e que não pode ser desfigurado com isenções, como, por exemplo, despesas com pessoal, energia elétrica, insumos básicos e outros materiais que são adquiridos no mercado, sujeitos, portanto, a reajustes de preços periódicos que não permitem à SANEPAR isentar seus usuários da aplicação de multa por impuntualidade.

Ou que impediria a aplicação da lei, se o projeto fosse sancionado, seria o caso dos residentes em condomínios, para os quais são emitidas contas únicas, não permitindo sua individualização.

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA

Governador do Estado, em exercício
(Projeto de Lei n° 063/92 foi publicado no D.A. n° 17 de 18.03.92.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO DE VETO N° 03/93

P A R E C E R:

Sob os aspectos constitucional, legal e regimental, não existem óbices à normal tramitação da Proposição de Veto número 03/93 aposto ao Projeto de Lei n° 63/92, de autoria do Deputado João Arruda, que autoriza o pagamento diferenciado de tarifas de água, esgoto e energia elétrica pelos aposentados e pensionistas.

Sala das Comissões, em 23.03.93.

(aa) IFONDY SILVÉRIO - Presidente

FAULO MAIA - Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 007/93, Veto aposto ao Projeto de Lei n° 238/92, de autoria do Deputado Eurides Moura, que fica o Poder Executivo autorizado a implantar um Laboratório de Produção de Medicamentos, com recursos do Ministério da Saúde, conforme artigo 200 da Constituição Federal. COM RELATÓRIO DA C.C.J. CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/DTL/SAT n° 014/93

Curitiba, 14 de janeiro de 1993.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n° 380/92, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1°, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei n° 238/92, por julgá-lo inconstitucional e contrário ao interesse público.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a implantar um laboratório de produção de medicamentos, com recursos do Ministério da Saúde, conforme dispõe o art. 200 da Constituição Federal.

O Plano de Lei em referência não pôde merecer acolhimento, preliminarmente, por razões de ordem constitucional, pois, ao propor a criação de órgão que integraria a estrutura da Administração Pública Estadual, aborda matéria restrita à iniciativa privativa do Governador do Estado, conforme preceitua o art. 66, inciso IV, da Constituição Estadual. Além do que, o Estado já dispõe de um laboratório de produção de medicamentos há mais de vinte anos, hoje vinculado ao Instituto de Saúde do Paraná - ISEPr, fazendo parte, ainda, como setor de produção de medicamentos do CEMEPAR, sendo que há longo tempo vem produzindo ditos medicamentos para a CEME/MS e para as unidades de saúde do Estado. Logo, se acolhido o Projeto, viria, sem dúvida, gerar duplicidade de órgão com a mesma função, o que, logicamente, contraria os mais altos interesses da Administração Pública Estadual.

Seus artigos 1° e 2° prevêem como fonte de recursos para a implantação do pretendido laboratório aqueles repassados pelo Ministério da Saúde ao Estado, para compra de medicamentos através da CEME, conforme dispõe o art. 200 da Constituição Federal. Ora, o referido dispositivo versa sobre o sistema único de saúde, remetendo as matérias de sua competência à lei, porém, logicamente, à lei Federal e não a leis estaduais. Além do mais, é importante esclarecer que os recursos provenientes do Ministério da Saúde têm destinação específica, não podendo ser alterada sob qualquer forma.

Essas as razões que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(Projeto de Lei n° 238/92 foi publicado no D.A. n° 126 de 02.09.92)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO DO VETO N° 07/93

P A R E C E R:

A proposição em tela traz veto ao Projeto de Lei n° 238/92 de autoria do nobre Deputado Eurides Moura que foi comunicado a essa Casa pelo Senhor Governador do Estado, através do ofício n° DTL/SAT n° 014/93, daí decorrendo o prazo constitucional para a devida apreciação desta Assembléia Legislativa.

Procedida a análise constitucional e regimental da presente proposição esta se encontra dentro dos procedimentos e prazos estabelecidos e, da análise dos argumentos que o Senhor Governador expõe em suas razões verificamos que os mesmos colocam o veto em condições de ser apreciado pelo Plenário desta Casa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23.03.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

NELSON GARCIA - Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 008/93, Veto Aposto ao Projeto de Lei n° 259/92, de autoria do Deputado Cleiton Kielse Crisóstomo, que torna obrigatória a execução do Hino Nacional Brasileiro e do Estado do Paraná, nos estabelecimentos públicos de ensino do Estado. COM RELATÓRIO DA C.C.J. CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/DTL/SAT n° 015/93

Curitiba, 14 de janeiro de 1993.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n° 419/92, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade com o disposto no § 1°, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei n° 259/92, por julgá-lo contrário ao interesse público, pelas razões adiante expostas.

Objetiva o autógrafo dar nova redação à Lei n° 7.808, de 23 de dezembro de 1983, que obriga a execução cantada dos Hinos Nacional, à Bandeira e do Estado, nos estabelecimentos de ensino de 1° e 2° graus.

O texto legal ora proposto é mais abrangente, contendo disposições que o tornaria, se sancionado, de difícil exequibilidade. Inicialmente, quando determina em seu art. 1°, a execução dos referidos Hinos, acompanhados de cântico, faz presumir que todos os estabelecimentos de ensino da rede pública estadual devam possuir equipamentos próprios para a efetivação de tal medida. O parágrafo único, do mesmo artigo, impõe que na execução do Hino Nacional deverá ser observada a forma prescrita em Lei. Cabe aqui esclarecer que a matéria é normatizada pela Lei Federal n° 5.700, de 01/09/71, que dispõe sobre os símbolos nacionais, prescrevendo, em seu art. 24, as formas para a execução do Hino Nacional e que são bastante complexas para que sejam impostas a escolas do ciclo básico, devendo-se ainda informar que as exigências mínimas necessárias já são obedecidas por todos os estabelecimentos de ensino, como o devido respeito ao Hino e posição correta durante a sua execução.

Vale ainda ressaltar que o art. 2° do questionado Projeto prevê a regulamentação da pretendida lei pelos diretores dos estabelecimentos de ensino, em sessenta dias a partir de sua publicação, devendo, ainda, tais regulamentos serem enviados à Secretaria de Estado da Educação e Núcleos Regionais de Ensino, para fins de fiscalização. Ora, a regulamentação de leis é de competência do Governador do Estado, jamais podendo ser feita por ato de diretores de estabelecimentos de ensino. Além do que, considerando o elevado número de escolas pertinentes à Rede Pública Estadual, a fiscalização prevista seria praticamente impossível.

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(Proj. de Lei n° 259/92 foi publ. no D.A. n° 136 de 23.09.92)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO N° 08/93

P A R E C E R:

A Proposição em tela, traz um veto aposto ao Projeto de Lei n° 259/92, que foi comunicado a esta Casa pelo Senhor Governador do Estado através do Ofício n° 015/93, daí decorrente o prazo constitucional para a devida apreciação por esta Casa.

A negativa governamental foi proferida dentro do prazo legal e de acordo com as atribuições conferidas ao Senhor Governador.

A razão exposta para o mencionado Veto, é a de que o texto legal proposto contém disposições que o tornaria, se sancionado, de difícil exequibilidade, uma vez que são bastantes complexas as medidas propostas, para que sejam exigidas em escolas do ciclo básico.

Ainda dentro da justificativa do Veto, é mencionado o fato de ser de competência do Governador do Estado a regulamentação de Leis, não podendo esta ser feita pelos Diretores das Escolas como foi proposta pelo Projeto de Lei.

Além disso, foi levado em consideração o elevado número de escolas da Rede Pública, o que tornaria a fiscalização da medida praticamente impossível.

Diante do exposto, a matéria se encontra em condições de ser submetida à consideração do Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23.03.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente